

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THIAGO SILVA DO ROSÁRIO

**A ESCRAVIDÃO URBANA EM SÃO LUIS-MA: TRABALHO E VIDA COTIDIANA
(1867-1871)**

São Luís – MA
2022

THIAGO SILVA DO ROSÁRIO

**A ESCRAVIDÃO URBANA EM SÃO LUÍS-MA: TRABALHO E VIDA COTIDIANA
(1867-1871)**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA) como etapa para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro

São Luís – MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rosário, Thiago.

A escravidão urbana em São Luís-MA : Trabalho e vida cotidiana 1867-1871 / Thiago Rosário. - 2022.
69 p.

Orientador(a): Luiz Couceiro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Agenciamento escravo. 2. Escravidão Urbana. 3. Maranhão. 4. São Luís. I. Couceiro, Luiz. II. Título.

THIAGO SILVA DO ROSÁRIO

**A ESCRAVIDÃO URBANA EM SÃO LUÍS-MA: TRABALHO E VIDA COTIDIANA
(1867-1871)**

Aprovado em: 25/10/2022

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA) como etapa para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro
UFMA/PPGHIS (*Orientador*)

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira
UFMA/PPGHIS (*Membro interno*)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo
UFU (*Membro externo*)

AGRADECIMENTOS

Em 2019 logo depois que concluir minha graduação tive a felicidade de ser selecionado no mestrado em história da mesma universidade que tinha acabado de me formar. Contudo, 2020 foi um ano muito difícil de sobreviver, a COVID-19 desarticulou os planejamentos de todos. Tudo aconteceu muito rápido, em um dia se via no noticiário que tinha ocorrido algumas mortes da Itália, poucas semanas depois tinha centenas de pessoas morrendo por dia no Brasil.

Durante o tempo que estive cursando o mestrado eu tive que replanejar não somente meu projeto de pesquisa, mas minha vida inteira, para que tudo pudesse ser adaptado à nova realidade. Manter-me financeiramente foi uma tarefa complicada, se já estava difícil conseguir emprego antes da pandemia, a COVID-19 veio e piorou a situação, mas aos trancos e barrancos, com subempregos e bastante suor consegui passar essa etapa.

Esses anos difíceis só foram possíveis de sobreviver com uma rede de apoio envolvendo muitos cuidados mútuos. Manter-se saudável psiquicamente com um mundo caótico e com um monstro invisível podendo te achar a qualquer momento e te matar, foi outra tarefa bem desafiadora. Passamos por momentos árduos, mas felizmente todos da minha rede de afetividade resistiram vivos, ainda que alguns tivessem momentos difíceis, mas juntos conseguimos superar aquele momento.

Agradeço à minha família de modo geral, contudo, em especial a minha mãe Maria das Graças Paixão da Silva, e minha avó Urineide Oliveira do Rosário, por serem sempre comigo. Elas em toda minha vida sempre me deram as forças necessárias para minha persistência. Ao meu pai Reginaldo Rosário e avô e Ronaldo Rosário, bem como meus tios Rosivaldo e Rosinaldo pelo apoio e incentivos de sempre.

A minha esposa Naiana Viegas, minha companheira de todos os dias, foi essencial para que eu não desistisse em meio a tantas dificuldades que passei durante esse tempo. Obrigado por estar junto, me dar forças, me mostrando que eu poderia tentar mais um pouco. Obrigado pela paciência e compreensão sobre meu processo de aprendizagem e de escolhas difíceis. Eu divido muito que eu conseguiria terminar esse trabalho se não tivesse do meu lado essa pessoa maravilhosa.

Aos meus amigos Laura Garcez, Warley Reis e Evandro Oliveira Jr., minha cunhada Giovana Viegas e minha sogra Ana Lúcia Viegas por terem me escutado reclamar e falar por

horas sobre o meu trabalho e o replanejamento dele. Obrigado por terem dado suporte emocional e afetivo durante a pandemia.

Ao corpo docente do PPGHIS-UFMA, principalmente o meu orientador Prof. Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro, e a banca avaliadora, Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira, Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo, por serem compreensíveis e empáticos quanto às condições insalubres sobre ser pesquisador sem bolsa, sem emprego, e vivendo o caos pandêmico e político.

RESUMO

São Luís é uma cidade atlântica ligada ao contexto mundial econômico, a força do trabalho escravo nela não é somente um acessório, mas o combustível da sua estrutura econômica durante do século XIX. Nesse sentido, os escravizados vivem, convivem, constrói e compõe o dia a dia da cidade, capital da província do Maranhão. Durante suas atividades diárias os escravizados criam um conjunto de estratégias no sentido de vivenciar liberdades, deliberam um esforço físico e mental para preservar o desejo de viver, tendo em vista que a violência, e por consequência o sofrimento, são intrínsecos à sua condição de escravo. O objetivo central deste trabalho é analisar a escravidão no contexto urbano da cidade de São Luís durante o marco temporário que foi a possibilidade da conquista da liberdade ao escravizado que lutasse na guerra do Paraguai (1867) e a promulgação da lei do ventre livre (1871), ou seja, momento que em a liberdade dos escravizados era uma questão a ser discutida amplamente nos mais diversos âmbitos da sociedade, a fim de entender como era composto os espaços, trânsito, permanência e o agenciamento dos escravizados. Foi utilizada a metodologia da história social aplicada à análise documental do jornal Publicador Maranhense. Esse periódico foi o com maior frequência de publicações durante o período analisado, sendo um dos principais jornais em circulação em São Luís no século XIX e porta-voz do governo provincial do Maranhão. Foram utilizados também fontes bibliográficas especialistas em história social escravidão, em nível nacional e local.

Palavras-chave: Escravidão urbana. Agenciamento escravo. Liberdade. São Luís. Maranhão.

ABSTRACT

São Luís is an Atlantic city linked to the world economic context, the force of slave labor in it is not just an accessory, but the fuel of economic structure during the 19th century. That way, the enslaved live, coexist, build and compose the daily life of the city, capital of the province of Maranhão. During their activities, the enslaved create a set of strategies in order to experience freedoms, deliberate a physical and mental effort to preserve the desire to live, considering that violence and suffering are intrinsic to their condition of slave. The objective of this work is to analyze slavery in the urban context of the São Luís city during the temporary milestone that was the possibility of conquering freedom for the enslaved who fought in the Paraguayan War (1867) and the enactment of the law of the free womb (1871), that is, a moment in which the freedom of enslaved people was an issue to be widely extended in the most diverse areas of society, to understand how the spaces, transit, permanence and agency of enslaved people were composed. The methodology of social history applied to the documentary analysis of the newspaper *Publicador Maranhense* was used. This periodical was the one with the highest frequency of publications during the analyzed period, being one of the main newspapers in circulation in São Luís in the 19th century and spokesman for the provincial government of Maranhão. Bibliographic sources specialized in the social history of slavery, at national and local levels, were also used.

Keywords: Urban slavery. Agency slavery. Freedom. São Luís. Maranhão.

LISTAGEM DE IMAGENS E GRÁFICOS

IMAGENS:

Figura 01 – Mapa da Cidade de São Luís (1629). P. 21

Figura 02 – Capa do Jornal Publicador Maranhense, 2 de julho de 1968. P. 28

GRÁFICOS:

Gráfico 01 – População de São Luís no Recenseamento de 1872. P. 22

Gráfico 02 – População da freguesia de Nossa Senhora da Vitória no Recenseamento 1872. P. 23

Gráfico 03 – Divisão racial da população da freguesia Nossa Senhora da Vitória (Recenseamento 1872). P. 24

Gráfico 04 – Quantidade de Escravos no Maranhão. P. 36

Gráfico 05 – Anúncios de compra/aluguel. P. 58

Gráfico 06 – Modalidade de agenciamento de demanda. P. 58

Gráfico 07 – Anúncios de venda, aluguel e leilão. P. 61

Gráfico 08 – Modalidade de agenciamento de oferta. P. 62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. São Luís: contexto urbano escravista	13
1.1. A liberdade querida, a liberdade possível e a liberdade conquistada	15
1.1. Limites e contexto do Nordeste mais ao Norte: a província do Maranhão.....	18
1.2. São Luís: a cidade onde escrevem e publicam para o Maranhão	20
2. São Luís e a escravidão: porto, trabalho, limite e lei.....	30
2.1. Escravidão nos portos: entre o campo e cidade ou interprovincial.....	35
2.2. Limites da escravidão ludovicense	40
2.3. A escravidão urbana em questão.....	46
2.4. Liberdade nos caminhos da lei.....	48
3. Agenciamento da escravidão pelo Publicador Maranhense	53
3.1. Agenciamento pela demanda: compro ou alugo	55
3.2. Agenciamento por oferta.....	60
CONSIDERAÇÕES	64
REFERÊNCIAS.....	66
FONTES	67

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se insere na necessidade do desenvolvimento da historiografia da escravidão urbana em São Luís, capital do atual Estado, outrora, Província do Maranhão. A pesquisa foi executada durante o contexto pandêmico causado pela COVID-19, portanto, houve a impossibilidade temporária das pesquisas em arquivos públicos. Tendo em vista as questões sanitárias e restrições de lugares públicos de pesquisa, para esse trabalho foi utilizado como fonte primária exclusivamente o jornal Publicador Maranhense. A utilização deste jornal foi feita a partir do recorte dos cinco anos, de 1867 a 1871, foi utilizada também bibliografia especialista em história social, da escravidão e da história do Maranhão.

O objetivo central deste trabalho é analisar a escravidão no contexto urbano da cidade de São Luís, capital da província do Maranhão, durante 1867 e 1871. O marco temporário inicial é da efetivação, em 1867, da compra dos primeiros escravos pelo Império para atuarem na Guerra do Paraguai, pelo decreto 3.725 de 6 de novembro de 1866. Esse decreto deu a possibilidade da liberdade do escravizados servindo na guerra do Paraguai. O marco final é o ano da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), que libertou o ventre das mulheres escravizadas, com algumas prerrogativas, a partir da data da promulgação. Durante o período analisado a liberdade dos escravizados foi uma questão discutida nos mais diversos âmbitos da sociedade, de forma pública.

A análise da sociedade no contexto urbano da cidade de São Luís tem como função entender como era composto os espaços, trânsito, permanência e o agenciamento dos escravizados nessa cidade durante o tempo delimitado. Para esse trabalho foi utilizando a lente historiográfica da História Social aplicado a análise de fonte documental jornalística.

Esse trabalho parte das seguintes hipóteses: os escravizados urbanos tiveram estratégias que proporcionaram pequenas possibilidades de *viver sobre si*, ou seja, de pequenas liberdades no dia a dia; as questões políticas e econômicas em nível nacional e internacional afetaram diretamente as relações do trabalho escravo urbano, principalmente no que diz respeito ao agenciamento de trabalhadores escravos em São Luís.

Durante o período próximo a lei de 1871, a discussão sobre a liberdade dos escravizados era difundida e pública, havendo uma disputa de narrativas entre os que queriam a abolição sumária ou a emancipação gradual. Essa disputa gerou práticas no dia a dia que influenciaram nas abordagens e estratégias de liberdades locais e essas geraram reflexos nos

dispositivos estatais, como nas próprias leis. Além disso, esse mesmo contexto social e econômico mundial e nacional ditava a maresia do agenciamento através da oferta e procura no comércio de escravizados.

Essa dissertação está dividida em três partes por três capítulos. O primeiro aborda o contexto da cidade de São Luís dentro do recorte temporário trabalhado, mostrando suas características em relação à escravidão. Apresenta também o jornal *Publicador Maranhense*, porta-voz do governo provincial, e a fonte utilizada como base para as informações levantadas para este trabalho.

O segundo capítulo trata de como era organizado o trabalho escravo dentro da cidade de São Luís. São demonstrados quais eram os postos de trabalho, como acontecia o trânsito dos escravos pelas ruas e portos, quais eram os limites estabelecidos aos escravos pela camada social dirigente, qual era a relação da escravidão urbana e rural, e como aconteciam as discursões sobre liberdade dos escravizados nas leis.

O terceiro e último capítulo aborda o agenciamento dos escravizados em São Luís. Demonstra como o jornal *Publicador Maranhense* apresenta informações sobre compra, venda e aluguel de escravizados no comércio local e as interferências do tráfico interprovincial. Os dados dos anúncios são analisados buscando entender como aconteceram os negócios do agenciamento de escravizados, tendo em vista o contexto atlântico e sul-americano dos anos de 1867-1871.

1. São Luís: contexto urbano escravista

No dia 18 de maio de 1867 um jornal publicava o anúncio de um evento que era a apresentação do drama *Louco por amor*. O anúncio era sucinto, direto, tratava de um espetáculo beneficente, em favor de um escravizado chamado Alfredo, de propriedade de Antonio José dos Reis, para completar a quantia necessária *para a sua liberdade*, ou seja, comprar sua alforria. O anúncio conclama a ação tão generosa dos que querem cooperar.

Beneficio. - Quinta-feira, 23 do corrente, sobe a scena o drama - *Louco por amor*. - O fim d'este espectaculo é boneficiar o escravo Alfredo - de propriedade do Sr. Antonio José dos Reis, afim de poder completar a quantia necessaria para sua liberdade. Do publico elle tudo pois deve esperar, porque todos quererão cooperar para um acto de tanto apreço para uma acção tão generosa.¹

Dando-se atenção à palavra *Beneficio*, pode-se dizer que ela foi usada para remeter ao caráter filantrópico da ação sem fins lucrativos, ou seja, afirmar como uma ação de caridade. Segundo dicionário da época, essa palavra remete a “bem, serviço, que se faz gratuitamente [...] Espectáculo público, cuja receita reverte a favor de alguém, que não é a Empresa”². A bondade exercida na ação de apoiar a causa de Alfredo é enfatizada no encerramento do anúncio com “*acto de tanto apreço para uma acção tão generosa*”, reforçando um juízo de valor benevolente que aparentemente existia sobre ajudar na liberdade do escravizado.

Ocorreram em sequência outras publicações sobre o assunto, desvendando que o espetáculo aconteceria em cinco atos, e também foi acrescentada mais uma atração, a comédia chamada “*O diabo atraz da porta*”. Além disso, o evento seria, senão, no principal teatro da capital da província do Maranhão, o *Theatro São Luiz*.

Theatro S. Luiz. / Empresa dramatica. / Quinta-feira. 23 de Maio. / Recita extraordinaria cujo producto será applicado á liberdade de um escravo. / Drama em 5 actos e 7 quadros: / Louco por Amor. / Comedia em 1 acto: / O diabo atraz da porta. / O interessado pede ao publico a sua generosa protecção. / Maranhão 20 de maio de 1867.³

Os *ludovicenses*, assim foram denominados os gentílicos da cidade de São Luís, recorrendo ao latim *Ludovicus*, nome derivado do germânico *Hloddoviko* que vem a ser a origem remota do nome Luís, em português. Em uma tradução livre, o termo significa “ilustre guerreiro”, talvez como os próprios fundadores da cidade e elite que se formou durante o século XIX se sentiam ao remeter a formação da cidade ocorrida em cima de uma vitória portuguesa aos franceses.

¹ Publicador Maranhense, 18 de maio de 1867.

² FIGUEIREDO, Candido de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. (1913) 2010.

³ Publicador Maranhense, 20 de maio de 1867, n. 115. A mesma publicação se repete nas edições n. 116 a 118.

Além do nome sofisticado dos gentílicos, a sociedade ludovicense tinha espaços reservados para a elite detentores de riquezas e poder, bem como dos setores economicamente emergentes composta principalmente por comerciantes. Esses espaços competiam à instrução em escolas, aquisição livros, jornais e o acesso a teatros e saraus literários e artísticos.⁴ Nesse sentido podemos dizer que o *Theatro S. Luiz*⁵ era reservado aos eventos da elite que consumia produtos culturais preferencialmente de origem europeia, mas na falta deles, as produções nacionais e locais eram opções que também se apresentavam lá, como o drama *Louco por amor*. A realização do evento nesse teatro revela que estaria reservado às classes abastardas da sociedade maranhense que compactuava com a causa da libertação dos escravizados, ou seja, uma elite abolicionista, ou pelo menos emancipacionista.

O mesmo anúncio se repete por mais três dias consecutivos, o que aponta a insistência e o recurso financeiro disponível pelo anunciante, tendo em vista que é pago. Apesar de todos os anúncios, o desfecho da história de Alfredo não foi desvendado pelo jornal. Nenhuma menção posterior foi encontrada com nome Alfredo que pudesse ser identificada como sendo da mesma pessoa que o anúncio supracitado.

O silêncio sobre o desfecho do caso Alfredo revela a dificuldade de localizar nas fontes primárias – a exemplo do jornal *Publicador Maranhense* – pessoas que foram libertas da escravidão. Essa dificuldade se dá principalmente pelo motivo que a pessoa em condição escravizada tinha sua identificação ligada ao senhor que lhe tinha como propriedade, e por estarem desprovidos de sobrenome que lhe indicasse uma particularidade. Quando conseguiam sua liberdade adicionavam sobrenome e/ou alteravam elementos de seu nome, dificultando ainda mais a sua localização em documentos.

O mesmo não acontece com os senhores que por serem livres, e na maioria das vezes atuantes no comércio e/ou na administração pública, suas movimentações são mais registradas pelas instituições, sendo assim, encontradas mais facilmente informações em fontes documentais. Sobre o senhor Antonio, por exemplo, ainda no mesmo ano, no dia 06 de julho de 1867, naquele mesmo jornal, anunciou a venda de um *official de Carpina*, preto *creoulo* de 30 anos de idade⁶. Como não sabemos mais informações sobre o escravo à venda ou sobre o

⁴ FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012. p. 93.

⁵ Criado em 1817 com o nome Teatro União, depois passou a ser Teatro São Luís e atualmente tem o nome do teatrólogo maranhense Artur Azevedo. (FARIA, 2012. p. 89).

⁶ *Publicador Maranhense*, 06 de julho de 1867.

destino de Alfredo, não podemos presumir e nem descartar a possibilidade de serem a mesma pessoa, ou que fosse apenas mais um escravizado de propriedade de Antonio.

Apesar de não termos conhecimento do desfecho do caso Alfredo, se ele conseguiu ou não sua liberdade, a própria aparição dele no jornal é suficiente para nos trazer informações essenciais para a contextualização deste trabalho. Primeiramente, estamos falando de meados do século XIX, nesse momento a escravidão não era nenhuma novidade. Pelo contrário, fazia parte do dia a dia de qualquer cidade do contexto atlântico, ainda mais em uma cidade que é capital de uma província – de um império na América com fortes ligações ainda com a Europa –, portanto, sede administrativa e residência da maior parte da elite local.

Em segundo lugar, nesse contexto urbano existem trabalhadores escravizados oferecidos em um comércio ativo e dinâmico, ou seja, além dessa mão de obra estar atuando na produção, comércio e serviços como força de trabalho, eram também mercadorias nas mãos de negociantes, sendo assim uma própria atividade econômica, além do trabalho. Em terceiro lugar, era pública a discursão e a simpatia ao fim das relações trabalhistas escravas por uma parte da sociedade que se posicionava e atuava contra a perpetuação desse tipo de mão de obra.

1.1. A liberdade querida, a liberdade possível e a liberdade conquistada

Ainda que o escravizado para o império brasileiro no ponto de vista da legislação fosse tratado como um objeto, mercadoria ou coisa, um item que podia se ter, vender, doar, leiloar, são também, paradoxalmente, pessoas que atuam na sociedade não apenas como força de trabalho, mas também como agentes sociais. No ponto de vista social e jurídico, a existência de um indivíduo escravizado se pauta pela falta específica de sua liberdade, contudo, a dinâmica da vida no dia a dia um escravizado poderia permitir ele gozar de experiências de liberdade, ainda que juridicamente estivesse privado disso. Ou seja, a experiência de liberdade não está necessariamente ligada à própria liberdade juridicamente falando, mas a possibilidade de experimentá-la por qualquer meio que fosse.

A temporariedade abordada neste trabalho está inserida no meado do século XIX, nesse tempo, mesmo os mais embrutecidos dos senhores sabiam que uma falta extrema de liberdade poderia causar efeitos súbitos sobre a qualidade de vida daquele indivíduo, e consequentemente afetar sua qualidade de trabalho. Por parte do escravizado, o desejo de liberdade, por vezes, poderia ser encontrado em experiências factuais, como a possibilidade

de trabalhar para si algumas horas do dia, ou em nível institucional – como o caso do Alfredo⁷ – cujo interesse na liberdade estaria ligado à própria alforria.

No ponto de vista individual e psicanalítico da questão, é muito particular a falta constituinte que move uma pessoa, o mesmo acontece com a definição que cada pessoa tem acerca da sua *liberdade*. Portanto, nesse sentido não é possível dizer que para todas as pessoas escravizadas a falta que move sua vida seria a da sua liberdade, ou seja, seu principal desejo fosse sua alforria. Todavia, podemos afirmar que socialmente a falta da liberdade pauta a trajetória de vida de uma pessoa escravizada.

O desejo, como a da liberdade de Alfredo, é subjetivo e pode ter origem instintual ou defensiva, contudo, nem todo escravizado percebe a liberdade como um desejo pra si, pois podem estar cego, habituado a submissão e mantido afastado dos interesses que lhe poderia caber.⁸ Ou simplesmente a liberdade pode não ser uma questão importante para a pessoa naquele momento. Portanto, não seriam todos os escravizados ávidos por sua liberdade jurídica, contudo, é presumível que moviam ações para melhor viver na condição que se encontravam.

Os desejos são interesses privados, contudo, desejos diferentes podem ter os mesmos interesses.⁹ Ou seja, um mesmo objetivo pode ser fruto de motivações diferentes. A partir disso podemos dizer que o evento para a liberdade de Alfredo pode ter sido causa dos possíveis desejos de se tornar livre, partindo de Alfredo, e do desejo abolicionistas de uma parte da sociedade livre ludovicense.

Ainda que existam desejos mútuos, mudanças estruturais na sociedade, como é o caso da abolição do escravismo no império brasileiro, quase nunca acontece de forma rápida, mas gradualmente e lentamente, salvo em lugares que conseguiram fazer revoluções sociais. A dificuldade acontece porque era tipo de mão de obra que formava a maior parte dos trabalhadores no principal setor produtivo que era a agricultura e afetava diretamente os detentores do poder político e riqueza do país.

Ainda que não se possam analisar os mecanismos psíquicos a partir de categorias contemporâneas, é possível pensar que a falta da liberdade e a violência sofrida por uma

⁷ Ainda que não se ache expressão do próprio Alfredo sobre sua vontade pela liberdade via alforria, muito improvavelmente pessoas estivessem articulando um evento grande como aquele para a liberdade de um indivíduo sem que o próprio compactuasse com isso.

⁸ GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1921. p. 90-116.

⁹ Ibidem.

pessoa escravizada, no contexto oitocentista de uma cidade atlântica, pode causar os mais diversos tipos de reações. Apesar de o contexto psíquico ser relativo e individual podemos observar reações em níveis de apatia, melancolia ou reatividade à adversidade, é a partir dessa reação que a pessoa tem com o seu contexto que ela monta suas estratégias de sobrevivência.

As resistências à escravidão trabalhada em diversos aspectos na historiografia, principalmente da história social, mostram diferentes estratégias que o escravizado recorria para lidar com a sua condição, tendo bastante ênfase nas maneiras mais práticas e materiais da resistência. É possível pensar que há também atividades mentais de resistência à melancolia ocasionada pela privação de liberdade e violência da escravidão. Nesse sentido, os desejos e interesses podem ser combinados para constituir um esforço físico e mental para preservar o desejo de viver, tendo em vista que a violência, e por consequência o sofrimento, são intrínsecos da estrutura escravista que lhe foram impostas.

A liberdade, no plano subjetivo, não cabe em um único campo conceitual, bem como a própria escravidão poderia ter diferentes interpretações entre os cativos. A liberdade poderia ser a esperança de autonomia de trânsito, maior segurança para a constituição de relações afetivas; ou o poder de escolher a quem servir ou não servir ninguém, ou seja, dadas as possibilidades algumas experiências de liberdade por vezes eram mais importantes que a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor do salário.¹⁰ A experiência de liberdade, na menor das circunstâncias, não estava necessariamente ligada à liberdade legal, mas ideia de autonomia dentro dos limites das relações de barganha com o senhor, o *viver sobre si*¹¹ ou pelo o que dava pra ser feito sem sofrer tantos danos; na maior das circunstâncias era viver como livre, ainda que escravo.

Ainda que por uma parte da sociedade livre fosse pública a intenção de que tivesse que por fim na escravidão, existia o medo de uma liberdade revolucionária, como aconteceu no Haiti no final do século XVIII. Por esse motivo, para a elite escravista, as ações abolicionistas tinham que surgir com moderação para não abalar as estruturas de poder já existentes. A abolição nos Estados Unidos em 1863 foi um indicativo que num futuro muito próximo aconteceria a abolição no Brasil, contudo, o inevitável teria que ocorrer da forma mais segura possível para essa elite, sem guerras, sem perdas significativas aos grandes proprietários. Essa preocupação se refletiu nas leis que sucederam sobre a libertação dos escravizados.

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990, p. 80.

¹¹ Para as brechas de liberdade na escravidão, Chalhoub (1990) utiliza o termo *viver sobre si*.

1.1. Limites e contexto do Nordeste mais ao Norte: a província do Maranhão

Esse trabalho se encaixa na pouca, mas existente, historiografia da região amazônica do Brasil com o tema da escravidão. Apesar de atualmente o Estado do Maranhão estar organizado na geopolítica brasileira como Nordeste, a sua história é compartilhada com o território da região Norte. Até o final do século XVIII a área hoje compreendida como região norte e o Maranhão era colônia portuguesa separada do restante do Brasil, ora denominada Maranhão e Grão-Pará, ora Grão-Pará e Maranhão.

De maneira geral, os estudos sobre a história do Brasil se concentram no eixo Sul/Sudeste, dando também reflexos sobre os estudos da temática da escravidão, com ressalva das partes do Nordeste mais próximas às fronteiras com o Sudeste. Desse modo, essa dissertação inscreve-se na necessidade de historiografia da escravidão das regiões mais ao norte do Brasil, neste caso em específico à cidade de São Luís, capital do atual estado do Maranhão¹².

Como ainda é pouca a historiografia da escravidão em São Luís, os limites bibliográficos são pequenos, certas temáticas nunca nem foram exploradas, e o grosso dos afazeres está em analisar fontes diretas, como periódicos impressos e documentos de arquivos. Foi através dos documentos de Arquivo Público que durante a graduação dei meus primeiros passos na história da escravidão, na oportunidade de ter bolsa de estágio pude trabalhar na construção de instrumentos de pesquisa relacionado à escravidão no século XIX, tendo como acervo principal os documentos do corpo de polícia da província do Maranhão, o que me possibilitou posteriormente tentar dar início ao trabalho sobre os processos melancólicos em escravizados, pela pulsão de morte e suicídio a partir do fenômeno do banzo.¹³

Minhas pesquisas sobre a escravidão no Maranhão iniciaram com buscas em documentos que informassem dados sobre suicídios. Durante os levantamentos de dados me deparei com a escassez de informações que me pudessem demonstrar as questões subjetivas dos indivíduos que recorriam à morte. Na maioria das vezes, as informações terminavam por conclusões factuais da própria morte, tendo como informação principal o meio que o

¹² A exemplo da *periferização* dos conteúdos de História sobre o Norte, no que diz respeito à Amazônia Legal, o âmbito da educação já denuncia há tempos a falta das discussões sobre a história nestas localidades, durante os anos 1970 a 1990 fez-se necessário o uso de paradidáticos e disciplinas complementares de estudos regionais, tendo em vista que os livros didáticos de História do Brasil, como ainda hoje, privilegiavam os acontecimentos do eixo Sul/Sudeste e Sul do Nordeste.

¹³ ROSÁRIO, Thiago. **Banzo, melancolia e suicídio: reflexões sobre a violência do tráfico negreiro e escravidão no Brasil**. TCC Graduação - UFMA. São Luís. 2019.

indivíduo veio a fazer ou tentar fazer o suicídio. Mesmo com as poucas exceções elaborei a monografia de conclusão de curso. Contudo, na hipótese de encontrar informações sobre melancolia e tristeza que pudessem ser relacionadas à pulsão de e suicídio, o que encontrei foi um sistema de relações sociais e de defesa mental contra o desespero, horror, pavor em forma de reação ao que o sistema escravista lhe reservava.

Pensando na perspectiva da vivência dos escravizados e suas estratégias diárias, mesmo que inconscientemente buscando meios para preservar sua vida contra a pulsão de morte e não melancolizar com o seu contexto, pode ser feito algumas questões para esse trabalho: como o contexto urbano possibilitava as articulações estratégicas de um escravizado a sobreviver a condições que lhe fora imposta? As experiências de liberdade estariam ligadas somente às práticas diárias do escravizado ou o contexto global influenciava seus passos? Se houve, de que maneira o contexto político e econômico atlântico influenciou o andamento da vivência e agenciamento de escravos no contexto urbano de São Luís?

Para responder essas questões, três delimitações são essenciais: temporariedade, espaço e fonte. Primeiramente, o limite temporário inicial levado em consideração é da efetivação do decreto n. 3.725 de 6 de novembro de 1866, em 1867 sobre os primeiros escravos comprados pelo império brasileiro para a guerra do Paraguai. Nesse decreto foi declarada a liberdade gratuita aos escravizados designados para o serviço do exército.¹⁴

Do outro lado, o limite final é a lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871, mais conhecida por Lei do Ventre livre. Essa lei, em linhas gerais libertou filhos de mulheres escravizadas a partir da data da sua promulgação, contudo, a liberdade efetiva só aconteceria quando o filho completasse 21 anos ou mediante a indenização ao proprietário da mãe, essa lei também definiu regras para alforrias. Portanto, o período abordado compete à duração de cinco anos.

Esse recorte temporário tem a ver com a possibilidade e do controle da liberdade dos escravizados. Nesse momento, esse tipo de mão de obra já passava a ser publicamente questionada dentro do império, além da pressão internacional sobre a abolição da escravidão nos países da América. Tanto é que as pressões internacionais, principalmente da Inglaterra,

¹⁴ No final do ano de 1864 o Paraguai formalmente declara guerra do Brasil e inicia a invasão do Mato Grosso. Em 1865, no início do ano o governo cria os corpos de Voluntários da pátria, uma forma de aumentar a composição de integrantes na força armada brasileira, tendo em vista que o número existente no corpo militar era insuficiente para dar conta de uma guerra. No ano seguinte assume o comando das forças brasileiras o futuro duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, fator essencial da guerra, como medida para aumentar o efetivo militar, no dia 6 de novembro de 1866 pelo decreto 3.725 foi declarado a liberdade gratuita aos escravizados designados para o serviço do exército e em 1867 foram comprados pelo império os primeiros escravos para a guerra.

culminaram na proibição do tráfico transatlântico ao Brasil em 1850, medida feita mais para manter as boas relações internacionais que uma tentativa efetiva de criar limites no tempo escravidão no país.

O limite espacial é a cidade de São Luís, capital da província do Maranhão, principal cidade da região, sede da administração pública provincial e principal centro comercial portuário da província. Ou seja, uma cidade que tinha um papel fundamental em sua região sobre o contato econômico, político e cultural com o mundo atlântico.

A fonte principal para este trabalho é o jornal *Publicador Maranhense*, o maior periódico em quantidade de edições no Maranhão durante as datas limites do trabalho. Além de ter a maior frequência de publicações, naquele contexto era um dos mais importantes jornais em circulação, principalmente por ser porta-voz do governo, funcionando como um tipo de diário oficial da província.

1.2. São Luís: a cidade onde escrevem e publicam para o Maranhão

A liberdade almejada pelo Alfredo viria por meio de um evento que seria realizado no lugar denominado *Theatro São Luiz*. O nome do teatro é topônimo da cidade que ele se encontra, a capital do Maranhão. São Luís foi nomeada deste modo no século XVII pelos franceses em homenagem a um dos seus reis, e quando o território foi reconquistado pelos portugueses não tiveram interesse em modifica-lo, pois fazia uma referência ao santo católico Luís IX, e talvez isso superasse qualquer desavença com os franceses.

A cidade fica situada ao norte da ilha denominada também por São Luís, ou ainda, como os indígenas chamavam *Upaon-açu* (Grande Ilha). A ilha fica localizada na foz do rio Itapeturu, mas a cidade foi construída na lógica do fluxo do comércio para o Oceano Atlântico. O núcleo urbano é cercado por duas baías (São Marcos e São José), entre dois grandes rios (Rio Anil e Rio Bacanga). Portanto, estrategicamente marítima e fluvial, o que facilitava os transportes da época, tendo em vista que a navegação era o meio mais rápido até então. Na época de Alfredo a cidade já tinha conhecido o seu mais intenso desenvolvimento no século, o investimento se fazia por ser a principal cidade, que se estruturava economicamente como principal porto de entrada e saída da província do Maranhão ao mercado global.

Figura 01

Mapa da Cidade de São Luís (1629)¹⁵

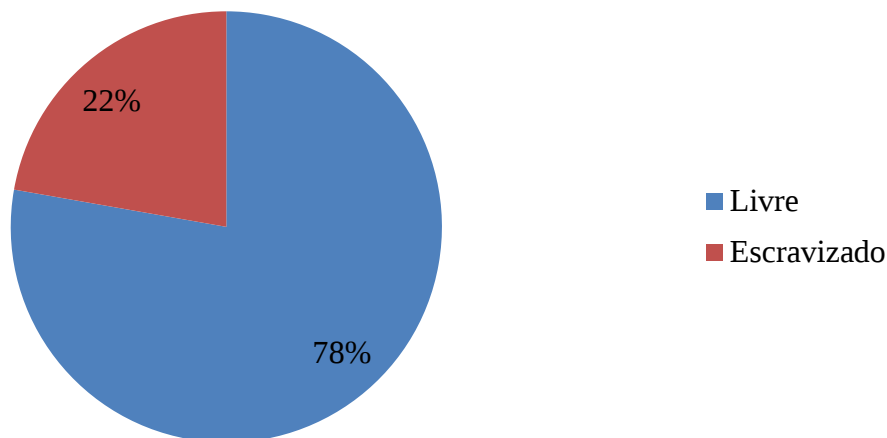
A capital da província era a cidade mais movimentada do Maranhão, e também possuía a maior população, era o modelo de urbanização para os outros núcleos na região. O recenseamento de 1872, lançado no ano posterior à lei do Ventre Livre de 1871, que apesar dos percalços, os resultados são considerados superiores aos outros produzidos no mesmo século, portanto, o principal censo demográfico do século XIX¹⁶. Por este censo pode-se ter um panorama social sobre a cidade de São Luís, a qual foi levada em consideração por este trabalho. O recenseamento apresenta os seguintes dados:

A cidade continha uma população formada por 24.578 pessoas livres e 7.026 escravizadas, totalizando um montante de 31.604, portanto a cidade era composta por 78% da população livre (e liberta) e 22% de pessoas escravizadas.

¹⁵ Albernaz I, João Teixeira, **Ilha de São Luís**. In: Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará. 1629.

¹⁶ CAMARGO, Alexandre. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. **Revista História Unisinos**, v. 22, n. 3. 2018. Set.-Out. pp. 214-428.

Gráfico 01
População de São Luís no Recenseamento de 1872



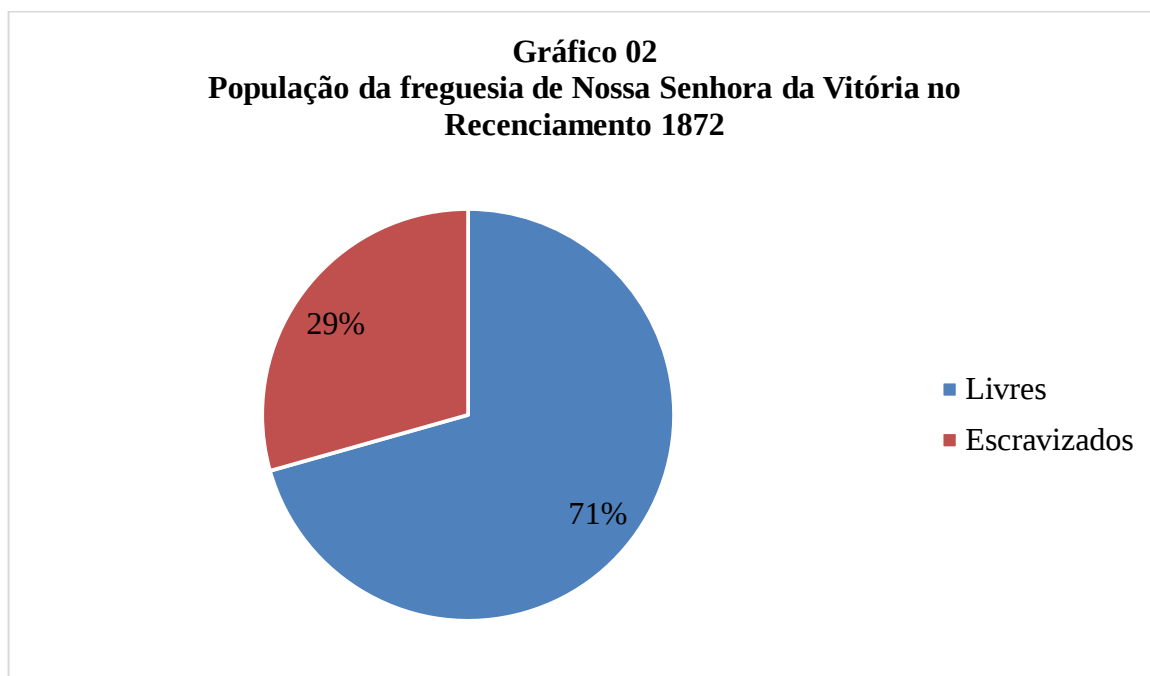
São Luís era dividido em cinco freguesias, mas para esse trabalho foi interessante especificar a freguesia que possuía o porto, principal elemento para entender a escravidão nesse contexto urbano. Por esse motivo será levado em consideração os dados referentes à freguesia de Nossa Senhora da Vitória, região da cidade onde aconteciam as principais atividades comerciais e administrativas. A partir de então, todos os dados apresentados a partir do censo serão desta freguesia, salvo quando houver indicações para comparações. Pelos dados, a freguesia em questão não é a mais populosa, ficando em segundo lugar em números de habitantes, contudo, é a que possui a maior concentração de escravizados.

A Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, foi o perímetro urbano de destaque no desenvolvimento social e econômico, ia da praia Grande, Desterro, e à Fonte do Ribeirão, compondo a região comercial Praia Grande, além de conter boa parte da população da cidade, encontra-se lá a Praça do Comércio e edifícios públicos como o Palácio do Governo, Contadoria da Fazenda, Cadeia Pública, Câmara Municipal, casa do bispo e a Sé.¹⁷

Os registros do censo indicam para a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória uma população de 6.400 pessoas livres e 2.623 escravizados. Observando os gráficos da população geral da cidade, em comparação a freguesia analisada, os dados mostram o maior percentual de escravizados nessa freguesia. Há uma questão sobre os dados do recenseamento de 1872, a

¹⁷ PEREIRA, Josenildo. **São Luís: um urbes transcolonial**. In, **São Luís 400 anos: contradição de uma cidade histórica**. Organizado por FILHO, Alan Kardec Gomes Pacheco; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus. São Luís: Café & Lápis. Ed. UEMA. 2014. p. 133.

divisão simples entre livres e escravos. É reconhecido pela historiografia que a categoria de pessoa *livre* era apenas para os que já nasceram nesta condição, ou seja, caso um escravizado conseguisse sua liberdade o aparelho estatal o considerava como *liberto*, e não como *livre*. Contudo, o censo desconsidera a categoria *liberto*, deixando-o, presumidamente, dentro da *livre*.



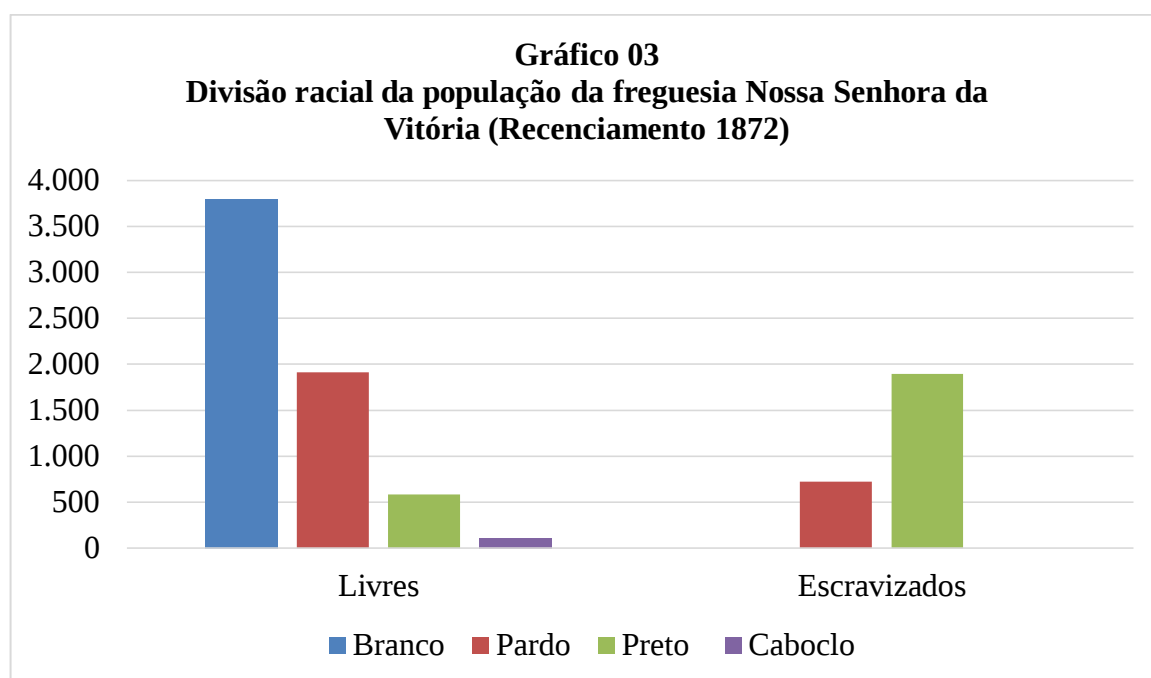
Há um indicativo que o Estado tivesse interesse no perfil geral da população caso ocorresse de ter um novo recrutamento para alguma outra guerra, tendo em vista o recém-fim da guerra do Paraguai. Além disso, tinha como finalidade também prever os impactos que o abolicionismo poderia causar no império. Preocupação motivada pelo pelas discussões aquecidas sobre a liberdade dos escravizados, debate público que retornaram no plano de vista político depois do fim da guerra do Paraguai. Esses debates resultaram a promulgação da lei do ventre livre em 1871.

O censo seria também uma forma de apresentar o país internacionalmente, nas feiras e convenções, talvez isso tenha sido relevante para a retirada da categoria *libertos*, com objetivo de ficar mais bonito a imagem do Brasil no exterior.¹⁸ A retirada dessa categoria passaria a expor uma imagem que os ex-escravos estavam sendo integrados na sociedade livre, sem discriminação, como cidadãos.

¹⁸ CAMARGO, Alexandre. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. Revista História Unisinos, v. 22, n. 3. 2018. Set.-Out. pp. 214-428.

O gênero é outra categoria explorada pelo censo. Na população livre a quantidade de mulheres era levemente superior à de homens, uma diferença de cinquenta pessoas, enquanto na população escravizada, a diferença se inverte para os homens, com uma quantidade superior de 5 pessoas. Os dados sugerem que a escravidão nesta freguesia é de maior parte masculina, contudo, a diferença é tão diminuta que pode até mesmo ser desconsiderada se pensarmos na possibilidade da existência de alguma falha técnica. De todo modo, pode-se levar em consideração a afirmação que não havia discrepância entre o número de homens e mulheres escravizadas, portanto, sugerindo uma equivalência do quantitativo.

O censo também estipula a divisão racial em quatro categorias: branco, pardo, preto e caboclo. A população entre os livres na freguesia de N. S. da Vitória era de 3.797 brancos e 2.603 não brancos, dos quais são 1.913 pardos, 581 pretos e 109 caboclos. Entre os escravizados o censo considera apenas duas secções (preto e pardo), entre eles 1.897 pretos, 723 pardos.



Outro dado curioso é a ausência de escravizados que saibam ler e escrever na freguesia de N. S. da Vitória, mesmo sendo a que mais tinha escravos na capital. Curioso pelo fato dos dados constarem 35 escravizados que sabiam ler, sendo 11 homens e 10 mulheres, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição e 12 homens e 2 mulheres na freguesia São João Baptista.

Os dados dos indivíduos escravizados que sabiam ler provavelmente não correspondam à realidade. Muito improvável que a freguesia que mais concentrava escravizados não tivesse nenhum que soubesse ler e escrever. As atividades econômicas e sociais na freguesia eram permeadas da necessidade do uso das letras, e é provável que houvesse estratégias por parte dos escravizados de se manter informado e o uso das letras poderia ser um fator essencial do saber.

De todo modo, São Luís era uma cidade comercial, conforme o seu desenvolvimento se estabeleceram diversos negociantes, lojistas e quitandeiro de diferentes nacionalidades. Em 1861 a cidade possuía em torno de 36 negociantes com escritórios nas ruas do Trapiche, *Egyto*, Formosa, Barbeiros, Estrela e do Giz, no Largo do Carmo existiam 4 armazém de madeira de construção civil e naval, 5 mercadores de lojas livres, 3 agentes de leilões, 158 quitandas e 59 armazéns de mantimentos secos, frutas e aves.¹⁹

A cidade foi residência dos principais políticos, comerciantes e intelectuais da província, pois era a sede da administração pública da provincial, além de ser a porta de entrada principal de imigrantes nacionais e estrangeiros, livres e escravizados. Nesse núcleo urbano moravam ao mesmo tempo a classe dominante em seus casarões e sobrados, e os trabalhadores pobres livres, forros e escravos, em cortiços e senzalas.²⁰ Durante o seu apogeu econômico, correspondendo à abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, a cidade passou pelo embelezamento dos casarões com azulejos portugueses, melhoramento das ruas e calçadas, nas partes mais elitizadas.

Eram nas ruas que quase tudo acontecia, “tomar café, secar peixe, oficinas em plena via”²¹, sobre o estado das ruas, “cadeiras nas calçadas, rios de águas servidas, amontoado de lama, sobretudo no inverno, algumas das vezes também animais mortos compunham o cenário urbanístico da Cidade”.²² De maneira geral, as condições das cidades brasileiras no século XIX eram precárias, mesmo as mais desenvolvidas das cidades.

¹⁹ PEREIRA, Josenildo. **São Luís: um urbes transcolonial**. In, **São Luís 400 anos: contradição de uma cidade histórica**. Organizado por FILHO, Alan Kardec Gomes Pacheco; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus. São Luís: Café & Lápis. Ed. UEMA. 2014. p. 137.

²⁰ PEREIRA, Josenildo. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão da década de 1880**. Tese de Doutorado. USP-SÃO PAULO. 2006. p. 41.

²¹ PEREIRA, Josenildo de Jesus. **A fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista**. Dissertação de Mestrado – PUC. São Paulo. 2001. p. 14.

²² Ibidem.

As cidades normalmente tinham valas expostas com lama e dejetos, e nos lugares mais úmidos do império como a região amazônica, tinham suas ruas encharcadas pelo menos durante a metade do ano. Os carros de tração animal deixavam rastros de fezes, o mau cheiro deveria ser a regra. Enquanto a população empobrecida realizava a maioria de suas atividades pisando no chão das ruas, e até mesmo descalços, como os escravizados, a elite transitava carregada em cadeirinhas ou rede, conduzidas nos ombros escravos.

A elite que não tocava com os pés no chão sujo e alguns familiares de comerciantes emergentes eram a parte da sociedade autorizada frequentar o ambiente das escolares. A freguesia de N. S. da Vitória era onde havia a maior concentração de pessoas instruídas na capital. Somente nesta freguesia foram registradas 3.831 pessoas livres que eram alfabetizados, ou seja, mais da metade da sua população de 6.400 habitantes. Esse número é sem dúvida a demonstração do abismo entre os livres e os escravizados, tendo em vista os 35 escravizados registrados no censo que sabiam ler e escrever em todas as freguesias da capital.

Os homens livres tinham predominância sobre a leitura, pelos dados do censo. Há uma diferença considerável, 2.159 de homens, aposto a 1.672 de mulheres que sabiam ler. Essa diferença reforça a ideia que a criação da mulher seria para estar no ambiente familiar da casa, enquanto o homem investia no papel social das relações, portanto, na perspectiva da elite fazia mais sentido alfabetizar homens.

A quantidade de leitores na cidade era o suficiente para funcionar plenamente um sistema de informações com base na escrita, como foi o caso dos periódicos impressos. A existência da imprensa durante o século XIX indicava o desenvolvimento de uma elite letrada e que se articulava politicamente e economicamente com sistemas de interações escritas maiores, em nível nacional e internacional. Tanto é que no jornal *Publicador Maranhense*, fonte usada par esse trabalho, tem matérias de jornais europeus transcritas em suas páginas.

A cidade de São Luís teve uma vida intensa de intelectuais que transitavam em suas ruas. A elite de fazendeiros e comerciantes que do século anterior ao XIX havia acumulado riquezas possibilitando assim o envio de seus filhos a Europa para estudar. Ao retornarem ao Brasil, quando voltavam à província do Maranhão, transitavam constantemente entre a sede de sua família no interior e a capital, isso quando não se instalavam permanentemente no último²³. Isso causou um panorama intelectual de São Luís intenso e proporcionou a

²³ FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012. p. 86.

consolidação de uma cultura letrada movimentada e cada vez mais liberal, e o mais importante para esse trabalho, o desenvolvimento da imprensa.

A imprensa como fonte documental para estudos histórico é importante por ser um lugar de fala, um discurso escrito a partir de um lugar, uma posição, uma corrente de comunicação com base ideológica de quem escreve.²⁴ A imprensa ludovicense foi essencial para a construção deste trabalho pelos levantamentos de dado que possibilitou um desvendamento histórico sobre a escravidão nesta localidade, ainda que pelo olhar oficial do governo. A conservação e disponibilidade desses acervos são de extrema importância para a continuação dos estudos históricos.

A imprensa durante a segunda metade do século XIX, em nível nacional, foi de orientação conservadora, em contraponto da primeira metade do mesmo século, que foi mais liberal e de grande propagação de jornais políticos pelo império.²⁵ Em nível regional, no final da década de cinquenta dos oitocentos, a imprensa maranhense era diversificada, possuindo jornais que tratavam desde questões literárias às políticas, diferente dos anos anteriores, fase caracterizada pela vulgarização da linguagem e extrema agressividade dos pasquins que representavam os grupos políticos da província.²⁶

Entre os jornais de maior circulação na capital da província no século XIX, o que mais se destaca no plano profissional é o Publicador Maranhense, abordando temas de aspectos políticos, econômicos, mercantis da sociedade. Esse jornal é de extrema importância nesse período, pois foi o periódico com maior número de edições publicadas na capital do Maranhão durante os cinco anos que antecederam a promulgação da lei que ficou conhecida como Lei do Ventre Livre, em 1871, portanto, escolhido como fonte primária principal para esse trabalho.

Os jornais da província do Maranhão no século XIX, assim como o Publicador Maranhense, tinham geralmente sua tipografia realizada na capital, e apesar de abordarem temas sobre todo o território da província, suas notícias se concentram na cidade de São Luís, principalmente por ser o centro político e econômico da província.

²⁴ BAKTHIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem**. São Paulo: Hucitec/Anablume, 2002. p. 123. In PEREIRA, Josenildo. As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão da década de 1880. Tese de Doutorado. USP-SÃO PAULO. 2006. p. 123.

²⁵ WERNECK, Sodré. **História da Imprensa do Brasil**. Porto Alegre: Edipucs, 2011. p. 186.

²⁶ ARAÚJO, Johny. **A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor**. Dimensões, v.33. p.360-383, 2014. p. 361.

O Publicador Maranhense foi fundado em julho de 1842, foi um jornal privado, mas com funções oficiais do governo provincial. Até o ano de 1862 contava com três edições por semana, a partir então passou a ser diário. Durante sua existência, aturam diversos nomes de prestígios e com diferentes tendências políticas, como João Francisco Lisboa, que foi redator até o ano de 1855; Sotero dos Reis, de 1856 até 1861; Temístocles Aranha, Ovídio da Gama Lobo e Antônio Henriques Leal de 1863 a 1864; Felipe Franco de Sá, em 1865; e a partir de 1866, o jornal passou a ser redigido por empregados da Secretaria do Governo, e, por fim, deixou de circular em 1886.²⁷

Durante o período que será analisado (1867-1871) o jornal era oficialmente ligado ao governo, defendia os seus interesses oficiais, ainda que na lógica da política de conciliação entre Liberais e Conservadores em torno de interesses comuns às duas partes antagônicas da política. Em sua capa, logo abaixo de seu nome havia a inscrição “O Publicador Maranhense, folha Official e diária, é propriedade de I. J. Ferreira”. Se o proprietário do jornal, Ignacio José Ferreira, tiver ligação à família de Ana Jansen Ferreira, como o sobrenome sugere, ele provavelmente se inseria politicamente ao lado dos liberais.

O escritório da *typographia* ficava no Largo do Palácio, n. 3, rua principal da administração pública provincial, portanto, seus editores estavam imersos ao que acontecia no centro da capital. O jornal poderia ser comprado mediante a assinatura que se davam na seguinte forma: para a capital, 16\$000 rs. Anual, 8\$500 rs. Semestral ou 4\$800 rs. Trimestral, os valores aumentam um pouco para o interior da província, talvez pelo valor do transporte, sendo 18\$000 rs. Anual, 9\$500 rs. Semestral e 5\$00 rs. Trimestral.

Figura 02 – Capa do Jornal Publicador Maranhense, 2 de julho de 1868



O jornal possuía uma estrutura regular, entre os anos estudados não foram verificadas variações significativas nas organizações das colunas, nas quais cada secção possuía um título

²⁷ ARAÚJO, Johny. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. Dimensões, v.33. p.360-383, 2014. p.361.

que deixava bem claro qual seu objetivo. Nos conteúdos podemos encontrar notícias internacionais, da Europa principalmente, e também sobre a guerra do Paraguai; transcrições de correspondências oficiais de diversos níveis da administração pública e leis promulgadas; notícias oficiais do governo provincial, Tribunal da Relação, Câmara Municipal e Tesouraria da Fazenda; textos literários; textos relativos ao próprio jornal; folhetins; noticiário sobre assuntos diversos de dentro e fora da província; estatísticas dos óbitos e prisões; estatísticas comerciais, dos movimentos dos portos e de passageiros; editais de leilões e anúncios de compra, venda e alugueis diversos.²⁸

De modo geral, as quatro páginas do jornal podem ser organizado da seguinte maneira: a primeira parte tratava dos temas oficiais sobre o governo, local e/ou central, em níveis de município, província e império; a segunda parte tratava das assembleias provinciais e informações do exterior; a terceira parte era de transição da parte oficial para a parte não oficial, portanto continha tanto os editais com informações das assembleias da província quanto anúncios diversos; a quarta parte estava destinada a anúncios variados de teatro, venda e compra de diversos bens, incluindo, escravos; e ainda anúncios de escravos fugidos e dados sobre as finanças da província.

Atualmente as edições deste jornal se encontram disponíveis online pelo *Acervo Digital da Biblioteca Nacional Digital*, na parte da hemeroteca digital. A Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) é extremamente importante para a continuidade de trabalhos que têm como fonte os periódicos. Através de um serviço exaustivo e necessário, a Biblioteca Nacional disponibiliza periódicos brasileiros que puderam ser conservados, é um sistema aberto e interconectado lançado oficialmente de 2006 com o objetivo de captura e armazenamento de acervos para preservar a memória e proporcionar o amplo acesso à informação.

De maneira geral, em nível nacional existia uma apreensão por parte dos governantes sobre os jornais. Pelos os jornais serem o meio de comunicação mais difundido nas capitais, suas informações irradiava para as cidades dos interiores e para as diversas camadas sociais. Era interessante tê-las sobre controle, por isso a vinculação dos jornais com o Estado. Diversos episódios na história brasileira demonstram que escravos e libertos eram atentos à

²⁸ Listagem dos títulos das secções com grifos originais: *Exterior; Transcripções; Litteratura; Parte Official (Tribunal da Relação, Camara Municipal, Thesouraria da Fazenda); Publicador Maranhense; Folhetim; Noticiario; Publicações Geraes; Editaes; Parte Commercial; Estatistica da Cidade; Movimento do Porto; e Annuncios.*

conjuntura, avaliavam a “grande política”, e a partir disto, mantinham expectativas e empreendiam ações, provocando temor entre as autoridades e senhores.²⁹

O presidente da província estava em constante alerta juntos às autoridades policiais locais e ao ministério da justiça do império sobre os movimentos dos escravos, principalmente depois do que havia sido a Balaiada (1838-1841)³⁰ no interior da província, temiam-se que o mesmo voltasse a se repetir. Em correspondência do presidente da província do Maranhão ao ministro da Justiça, em 1865, dizia que havia “pretos livres que sabem ler sofrivelmente e a quem não são estranhas às ideias que nestes últimos tempos se têm manifestado em favor da emancipação dos escravos”.³¹

O medo também do que aconteceu no Haiti (1791-1804)³² era presente. A ideia revolucionária sobre liberdade entre os escravizados era perigosa, ainda mais em uma cidade onde a maior parte de seus habitantes era de escravizados e seus descendentes, ainda que livres ou libertos. Além disto, estava acontecendo a Guerra do Paraguai (1864-1870), que estava amplamente divulgado nos jornais, e de certa forma foi sendo vinculada pelos escravizados à sua causa de libertação. A correspondência citada anteriormente alerta para isso: “esta pobre gente parece acreditar que a atual guerra tem alguma afinidade com a causa de sua libertação”.

A imprensa forte na capital, o alto fluxo de escravizados transitando nas ruas e portos, certamente as informações dos jornais não afetavam apenas a vida da “alta sociedade” ludovicense no seu dia a dia, suas informações também dissipavam pela população menos abastada. Ou seja, o contexto atlântico era vivido e percebido na sociedade, livre ou escrava.

2. São Luís e a escravidão: porto, trabalho, limite e lei

O trânsito de pessoas escravizadas era como se fosse livre, fato esse visível para quem quer que chegasse à cidade durante do século XIX. Os relatos dos viajantes demostram a

²⁹ SOARES, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio. **Sedições, Haitianismo e Conexões no Brasil Escravista outras margens do Atlântico negro**. Revista Novos Estudos, ed. 63, vl. 2, 2002. p. 132.

³⁰ Revolta popular contra as péssimas condições de vida dos mais pobres e os desmandos dos governantes da província do Maranhão encontrou apoio de diversos setores da sociedade inclusive de escravizados e escravizados aquilombados.

³¹ Arquivo Público do Maranhão, **ofício de 13/09/1865**, fundo: Presidência da Província, série: Delegacias/Chefes de Polícia, 1865. In: SOARES, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio. **Sedições, Haitianismo e Conexões no Brasil Escravista outras margens do Atlântico negro**. Revista Novos Estudos, ed. 63, vl. 2, 2002.

³² A Revolução Haitiana foi uma grande rebelião de escravizados e libertos que levou São Domingos à independência sob liderança de Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines, a única desta dimensão durante toda a história da escravidão nas Américas.

percepção logo do enorme tráfego de pessoas pretas e mestiças livres ou escravizadas, misturadas com brancos e indígenas. Assim afirmou um viajante quando esteve em São Luís em 1859 “Uma multidão de mulheres e moças de cor, nascidas de uma mistura de pelo menos três raças, vagava para cima e para baixo, desembaraçadamente”.³³

A partir de um relato como esse é fácil cair, equivocadamente, em uma perspectiva como a de Gilberto Freire, de uma escravidão abrandada que depois daria origem a uma democracia racial. Contudo, esse mesmo relato deixa claro que as amarras da escravidão vão muito além dos *libambos*³⁴, mas uma amarra por estrutura social e mental. Não podemos deixar de lado a existência de um aparelho repressor que fazia o policiamento da cidade e observava o trânsito dos escravizados, contudo, ainda assim gozavam de alguma forma de liberdade de trânsito, se comparado aos escravizados da lavoura.

Nesse sentido, há um diferencial da escravidão urbana. As atividades realizadas pelos escravizados na cidade se dão de maneira controlada indiretamente, mas quando necessária a força é tomada. O fiscal da fuga é a própria sociedade, e quanto mais o escravizado se adapta a essas amarras mais ele a pode usá-la a seu favor, ou seja, melhor a possibilidade de viver liberdades no dia a dia.

O jornal *Publicador Maranhense* revela sobre os postos de trabalhos, um mundo do escravizado nas ruas da capital, como já será demonstrado. São Luís foi desenvolvida pela exploração do trabalho escravo, se integrando ao sistema agroexportador transatlântico, principalmente por ser meio fundamental de escoamento da produção e recepção de mão de obra pelos portos. Contudo, apesar da cidade ser integrada ao campo, que se estruturava pelo uso da mão de obra escravizada na agricultura para a exportação, a escravização que acontece em São Luís é de característica urbana, voltada principalmente aos serviços domésticos, produção artesanal, ganhos (vendas) e outras demandas ocasionadas pela vida em cidades.

As páginas do *Publicador Maranhense* trazem pistas dos postos de trabalhos que os escravizados ocupavam na cidade, anúncios de compra, venda e aluguel revelam o comércio de cativos urbanos a partir da oferta e procura, ou seja, o agenciamento de pessoas para o trabalho.

³³ AVE-LALLEMENT, Robert. **Viagem ao Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: MEC/INL. 2 vols. 1961. Op. cit., p. 369-370. ARAÚJO, Johny. *A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor*. Dimensões, v.33. p.360-383, 2014.

³⁴ Correntes que eram usadas para prender escravizados para transporte.

Aluga-se ou compra-se uma escrava que saiba gommar, cosinhar e servir uma casa de família. Rua do Sol, sobrado n. 3, no largo do Carmo. / Maranhão 20 de janeiro de 1868.³⁵

Na rua de Santa Anninha casa n. 1, precisa-se de uma ama de leite paga-se bem. / Maranhão 26 de Agosto de 1867.³⁶

Os anúncios acima retratam o mercado de compra/venda e aluguel de escravizados para os trabalhos urbanos em São Luís. A elite e os setores mais abastados da sociedade demandavam trabalhadores para as tarefas domésticas, tendo em vista que quaisquer trabalhos braçais eram vistos como degradante e feriam a dignidade da elite. Os mais ricos compravam seus próprios trabalhadores, as pessoas financeiramente emergentes costumeiramente alugavam escravizados para esses serviços. Portanto, os trabalhadores tinham que ser oferecidos no mercado nas duas modalidades, venda e aluguel.

Os escravos domésticos estavam dentro das casas, cuidando da manutenção dela e servindo os seus moradores, eram de preferência no sexo feminino, portanto, eram elas que nas cidades que estavam mais próximos dos senhores, dentro de suas casas. Os anúncios apresentam-nas como *que saiba gommar, cosinhar, servir uma família* ou também como *criada*.

Sendo de *bons costumes*, ou seja, não dessem problemas, exerciam suas funções definidas. Nos jornais os anúncios fazendo considerações sobre os *bons costumes* eram facilmente achadas nas páginas diárias do Publicador Maranhense. Outra função, bastante requisitada para o ambiente doméstico eram as *Amas de Leite*, com função principal, como o próprio nome sugere, de alimentar com leite materno a cria dos contratantes ou senhores, além disso, lhe reservava os cuidados diários com a criança.

Entre os anos de 1860 e 1870 o comércio de exportação se concentrava nas mãos de um número reduzido de comerciantes ainda que se tenha ampliado a quantidade de produtos exportados, isso causou também uma concentração das atividades mercantis em poucas casas comerciais e de grandes proprietários.³⁷ No início da década de 1860 a cidade possuía, segundo o *Almanaque do Maranhão*³⁸, 79 armazéns (6 de ferragens; 2 de madeiras); 32 escritórios; 44 lojas de moda; 5 farmácias; 4 livrarias; 189 quitandas; 12 refinarias de açúcar; 14 padarias; 28 açougues; 13 ourivesarias; 2 agências de leilões; 25 fábricas diversas. Nesse

³⁵ Publicador Maranhense, 20 de janeiro de 1868.

³⁶ Publicador Maranhense, 25 de agosto de 1867.

³⁷ ARAÚJO, Johny. *A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor*. Dimensões, v.33. p.360-383, 2014. p. 367-368.

³⁸ REGO JUNIOR, João C. de M. *Almanaque do Maranhão*. São Luís: 1860. MARANHÃO.

sentido, é presumível que a diversidade de atividades econômicas também diversificou os postos de trabalhos, livre e escravo.

A mão de obra escravizada estava também nas ruas realizando diversas atividades. Entre eles existiam trabalhadores escravizados especialistas, não muito fácil de encontrar, para alugar ou comprar, eles desempenhavam atividades chamadas de *Officios*. Entre eles são mais comuns os ferreiro e pedreiros, mas também podendo encontrar os *carpinas*, termo usado nessa época para referenciar carpinteiros. Esses escravos eram usados nas obras públicas e privadas de construção, reforma e manutenção das estruturas.

Havia também os alfaiates, eram de regras homens, serviam nas confecções de vestimentas, apesar de que muitas das vezes as escravas domésticas exercerem um pouco essa função dentro das casas, portanto, sendo um diferencial para o mercado quando elas sabiam o básico de costura.

Escravo. / João Francisco Monteiro & C., estão autorizados a comprar um bom official de ferreiro, sem vícios e pagam bem. Quem tiver e quiser vendel-o pode dirigir-se aos anunciantes rua Gonçalves Dias n. 2 ou na rua da Paz casa n. 51, que achará com quem tratar. / Maranhão 5 de junho de 1868.³⁹

Compra-se um escravo, pedreiro, ainda mesmo que passe de idade de 40 annos pouco mais ou menos: a tratar em casa de Jeronymo José Tavares.⁴⁰

Vende-se um bom official de Carpina, preto creoulo de 30 annos de idade. A tratar com Antonio José dos Reis.⁴¹

Na rua Gonçalves Dias n. 12 vende-se um escravo, mulato official de alfaiate. / Maranhão 6 de dezembro de 1867.⁴²

José Francisco Arteiro, compra e paga bem para satisfazer pedido, uma escrava de 20 a 25 annos de idade, creada com família, bonita figura, que saiba costurar e engomar, sem defeito physico e bem morigerada. Maranhão 7 de novembro de 1867.⁴³

Levando com consideração os cinco anúncios transcritos. Os escravizados sem *vícios*, como o primeiro anúncio, tinha a preferência na demanda do comércio, pois daria menos problemas no disciplinamento, contudo, o negócio tramitava com valores mais altos. Ao mesmo tempo, os escravizados mais velhos tinham valores mais baixos no mercado, como o segundo anúncio, pois dada a condição de vida desses indivíduos, a partir dos 40 anos de

³⁹ Publicador Maranhense, 05 de junho de 1868.

⁴⁰ Publicador Maranhense, 02 de janeiro de 1867.

⁴¹ Publicador Maranhense, 06 de julho de 1867.

⁴² Publicador Maranhense, 05 de dezembro de 1867.

⁴³ Publicador Maranhense, 07 de novembro de 1867.

idade já estariam sem vigor. Esses eram comprados por senhores com pouco recurso ou por escassez de tal *officio*.

Outra questão importante nos anúncios em relação à preferência do tipo de escravizado é indicada no último anúncio. O defeito físico não era bem-vindo na maioria das vezes, ou seja, escravos expressamente sem defeito *physico* poderiam ser mais bem aceitos pelos contratantes nos anúncios de venda e aluguel.

O escravizado com *officio* não dava vantagem somente a quem o possuía como propriedade, mas também a ele mesmo. Como um escravizado especialista tinha um valor superior entre os outros escravizados, no sentido social e comercial, poderia barganhar melhor seu trânsito e sua condição de existência. Ele teria menor possibilidade de castigos severos, sua saúde seria mais observada e cuidada em comparação aos outros *sem officios*. Quando mais o escravizado tivesse conhecimentos técnicos sobre o trabalho, mais valor ele tinha e maior a possibilidade de conseguir construir espaços de liberdade, o *viver sobre si*.

Além dos serviços especializados os escravos estavam no comercio, principalmente o de rua. Em São Luís boa parte do comércio de rua era feito por pessoas escravizadas, preferencialmente mulheres, alugadas ou compradas para venderem produtos nas ruas com *taboleiros*, como demonstra o anúncio a seguir:

Nesta Typographia se diz quem precisa alugar uma preta, que seja de bons costumes e que sirva para andar com taboleiro. / Maranhão 23 de novembro de 1967⁴⁴

Havia também trabalhadores escravizados que não tinham profissões ou funções específicas, seus anúncios referiam a essas pessoas como sendo *sem officio*. Os anúncios sugerem que eles em geral realizavam atividades que não necessitava algum conhecimento ou habilidades diferenciadas. Atuavam no mundo do trabalho como carregadores, transportando todo o tipo de coisa, de descargas dos navios no cais à entrega de mensagens. Quando necessário esses escravizados eram vendidos para roça.

Escravo. / João Pereira Beça & C., vendem um bonito escravo, tendo de idade 19 annos, e sem officio. Quem pretender compral-o, dirija-se á loja dos mesmos, na rua do Sol, que encontrará com quem tratar. / Maranhão 19 de agosto de 1867.⁴⁵

A vida nos portos da capital era movimentada por mãos escravas. Existiam esses trabalhadores nos embarques e desembarques de cargas, e também entre as tripulações das

⁴⁴ Publicador Maranhense, 23 de novembro de 1867.

⁴⁵ Publicador Maranhense, 19 de agosto de 1867.

embarcações que lá transitavam. Muitas das vezes as próprias embarcações já eram vendidas “equipadas” com escravos, como nos apresenta esse anúncio de 4 de dezembro de 1867.

Barcos e escravos, á venda. / Vende-se a bem conhecida canôa Ave Maria, o maior, mais bonito, e veleiro barco que navega entre esta cidade e a de Vianna, e bem assim, 2 escravos que andão em barcados no referido barco. A tratar com Cunha Machado & Braga, rua de Nazareth n. 38. / Maranhão 3 de dezembro de 1867.⁴⁶

A mão de obra escrava no Maranhão cresceu em número principalmente durante a primeira metade do século XIX. Na década de 1860, os escravizados de São Luís tinham suas origens quase sempre fora da província, de outros lugares do Brasil ou vindo do continente africano. Portanto, o porto é a fonte dos escravizados nesse século, tendo em vista que uma geração de nascido na própria província ainda não era a maioria da escravatura, como o ocorrido em Salvador e Rio de Janeiro no mesmo período.

2.1. Escravidão nos portos: entre o campo e cidade ou interprovincial

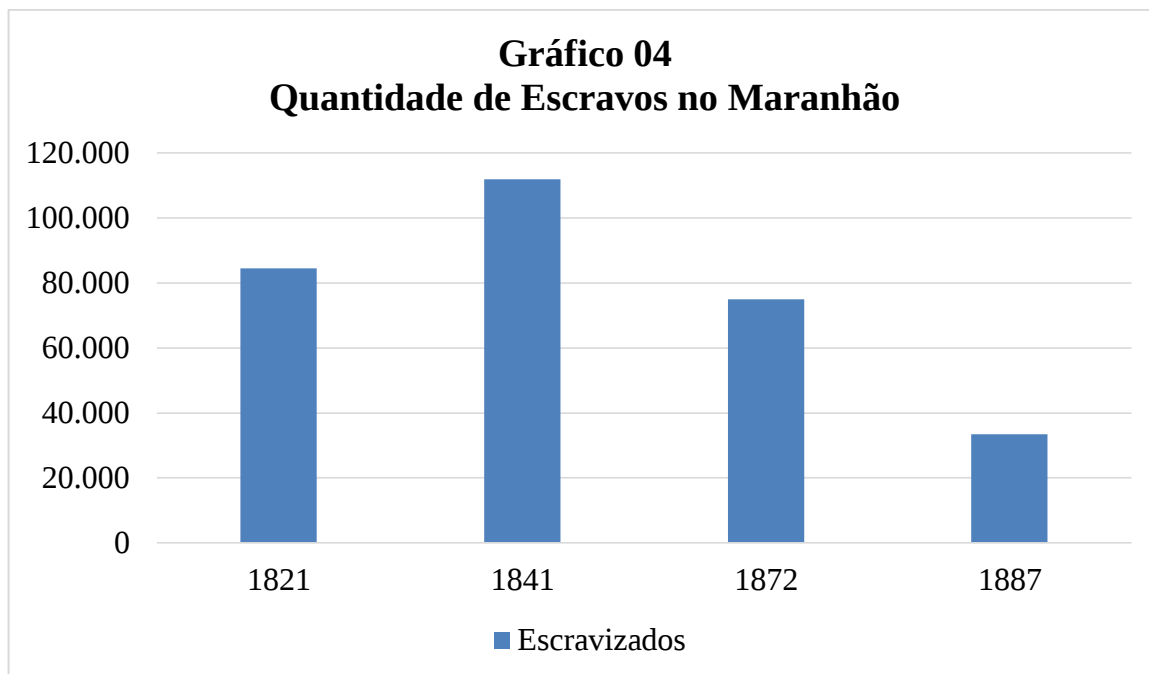
Apesar da diferença entre a escravidão urbana e rural, podemos relacioná-las, como por exemplo: se a demanda global de um produto produzido em determinada província brasileira aumentasse, acontecia o mesmo com a importação de escravizados para aquela província a fim de dar conta da demanda da produção comercial. Isso impactava também as cidades, pois o movimento de entrada e saída de pessoas e produtos acontecia nas cidades, portanto, elas estão ligadas a da produção e exportação.⁴⁷

No século XIX a província do Maranhão observou tanto o auge quanto o declínio economia agroexportadora escravista, os dados sobre a quantidade de escravizados demonstram isso. Em 1821 a província possuía 84.534 escravos, passando em 1841 a ter 111.905, em 1872 74.939 e, por fim, em 1887 33.446.⁴⁸ Os dados indicam que quando a Lei do Ventre Livre em 1871 foi aprovada a quantidade de escravizados na província já vinha declinando, tendo em vista que medidas progressivas para o fim da escravidão e a redistribuição de escravos pelo Império.

⁴⁶ Publicador Maranhense, 04 de dezembro de 1867.

⁴⁷ Os principais movimentos econômicos da província do Maranhão podem ser observados por estudos como o de Viveiros (1954), Mário Meireles (1994) e Regina Faria (2012). O que vai formar economicamente a sociedade ludovicense do final do século XIX são as dinâmicas internacionais de produção, primeiramente do arroz até o final do século anterior e as alternâncias entre o algodão e a cana-de-açúcar durante o século XIX.

⁴⁸ FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012.p. 65.



A diminuição mais evidente (1841-1872) pode ter relação direta com o fim do tráfico internacional (1850). Nesse mesmo período houve uma progressiva diminuição dos escravizados no Norte do Brasil pelas transferências para o Centro-Sul motivado pela falta de reposição da mão de obra escrava, pela interrupção do tráfico internacional, e a alta demanda na produção agrícola do café. Além do fim do tráfico internacional e da transferência pela alta demanda das províncias do Centro-Sul, a diminuição da quantidade de escravos também pode ser explicada pelas campanhas para liberdade promovidas por vários setores da sociedade, como o exemplo a do caso Alfredo, abordado no começo deste trabalho.

A falta de entrada externa da mão de obra escrava impulsionou uma concorrência sobre entre as províncias de acordo com as demandas de produção. As distintas realidades econômicas entre as províncias do Norte e do Sul elevaram a demanda do último em detrimento do primeiro, é nesse sentido que o Maranhão desde 1846 já estava exportando seus cativos para a região cafeeira. Entre 1847 e 1885 saíram pelo tráfico interno 15.200 pessoas escravizadas, por via legal⁴⁹, se for considerar a via ilegal, é possível aumentar substancialmente esse número, contudo, não há dados sobre o comércio ilegal, mas é sabida a existência pelas as apreensões feitas nos portos.

Entre os anos de 1867 a 1871 o escravismo no Maranhão estava desintegrando-se pelo mercado interprovincial, como indica os dados anteriormente expostos na tabela acima. É

⁴⁹ RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990. p. 104.

possível observar isso também no jornal *Publicador Maranhense* na secção *Movimento de passageiros*. Nesse período existia um fluxo de escravizados viajando com seus senhores ou sozinhos a *entregar*. A maior parte das ocorrências dos transportes de escravos por esse registro é como acompanhantes de seus senhores, em torno de 1 a 5 pessoas por cada senhor, contudo, não é difícil encontrar um ou outro senhor acompanhado de uma quantidade duas ou três vezes maior que essa.

No dia 28 de janeiro de 1867⁵⁰, por exemplo, foi registrado o movimento de passageiros, entre eles, a entrada, *pelo vapor S. Luiz, no dia 26 de janeiro, do Tury-assú, o Dr. Julio Cesar Andrein e 1 escravo; B. Maciel Rebello de Lima e 1 escravo; José Serapeão Lapemberg e 21 escravos; Joaquim S. Nunes Lisboa e 1 escravo*. E no dia 26 de novembro do mesmo ano⁵¹, a entrada, *pelo vapor Pindaré, no dia 25, do Rozario, Libanio da Costa Lobo e 1 escravo; Henrique Pereira Coqueiro e 2 escravos; Amelia e 1 escravo; Maria Izabel Ferreira e 2 escravos; 7 escravos a entregar; pelo vapor Itapecurú, no dia 26, do Arary, José Antonio Fernan e 1 escravo; da Lagem, 3 escravos a entregar; do Graxixa João Jospe Rodrigues e 2 escravos*.

São Luís, por ser capital, era porta de entrada e saída da província, a navegação era o principal meio logístico entre o campo e as principais cidades que se formaram às margens dos rios mais navegáveis. Os principais rios do Maranhão, cuja suas águas formaram rotas à capital, eram o *Tury-assu*, Mearim e Itapecurú, sendo os dois últimos desaguardo no próprio *Upaon-açu*, ilha em que a cidade de São Luís fora construída. Portanto, sua geografia favorecia que o fluxo ao interior da província passasse quase inevitável em seu porto, incluindo o transporte de escravizados para dentro ou fora da província.

O mais comum são viagens de escravizados acompanhados com seus senhores, contudo, têm que ser considerado também os escravos *a entregar*. Essa modalidade de transporte sugere que os escravizados estavam viajando por encomenda, e apesar de acontecerem com uma frequência menor, ela é acompanhada de uma quantidade maior indivíduos de transportados de uma só vez. Como no dia 6 de abril de 1867, *entrou pelo vapor S. Luiz, vindo do Rosario, 26 escravos a entregar*⁵²; no dia 25 de dezembro de 1867,

⁵⁰ *Publicador Maranhense*, 28 de janeiro de 1867.

⁵¹ *Publicador Maranhense*, 26 de novembro 1867.

⁵² *Publicador Maranhense*, 07 de abril de 1867.

*pelo vapor Pindaré, chegou 11 escravos a entregar; no dia 18 de fevereiro de 1868, pelo vapor Pindaré entrou 13 escravos a entregar*⁵³.

O fluxo de viagens com escravizados aconteciam em quatro direções: Interior-Capital, Capital-Interior e entrada e saída de São Luís a outras províncias. Essas viagens, considerando os transportes de escravizados, aconteciam na forma de acompanhados ou *a entregar* – encomenda –. A conjuntura sugere que uma parte substancial do fluxo Interior-Capital era transferida logo para Capital-Outras províncias, quando levada em consideração os transportes *a entregar*.

No sentido Interior-Capital, a maior quantidade de escravos transportados chegava de Rosário, cidade na foz do rio Itapecuru. Os dados sugerem que tenha sido o principal entreposto do rio Itapecuru e do Munim, e não que necessariamente os escravizados chegados de Rosário fossem de fato de lá. No sentido Capital-Outras Províncias, a escravaria do Maranhão estava sendo transferida para o Rio de Janeiro, não é preciso analisar uma temporariedade muito grande nos registros para presumir isto. O que reforça os dados é o contexto econômico que o império, nesse mesmo período surgiu a alta demanda por mão de obra nesta província por conta da produção de café.

No dia 03 de novembro de 1867, *pelo vapor C. do Sul, saiu para o Rio, 7 escravos a entregar*⁵⁴; No dia 22 de novembro, *pelo vapor Guará, saiu para o Rio 14 escravos a entregar*⁵⁵; No dia 3 de dezembro, *pelo vapor Paraná, saio para o Rio 20 escravos a entregar*⁵⁶; No dia 21 de dezembro, *pelo vapor C. do Sul, saiu para o Rio 17 escravos a entregar*⁵⁷.

Para exemplificar a intensidade do tráfico, somente os registros de novembro e dezembro de 1867 podem ser contabilizados 58 escravizados na modalidade *a entregar* indo para o Rio de Janeiro, além deste número haviam os que iam acompanhados com os senhores. Apesar da maior frequência de escravos *a entregar* fosse para o Rio, também foram registradas quantias significativas para as províncias de Pernambuco, Ceará e Pará, que recebiam uma quantidade substancial, ainda que reduzido, em comparação ao Rio de Janeiro. Esses números podem ser maiores ainda se levarmos em consideração os que não foram

⁵³ Publicador Maranhense, 19 de fevereiro de 1868.

⁵⁴ Publicador Maranhense, 04 de novembro de 1867.

⁵⁵ Publicador Maranhense, 23 de novembro de 1867.

⁵⁶ Publicador Maranhense, 5 de dezembro de 1867.

⁵⁷ Publicador Maranhense, 23 de dezembro de 1867.

registrados por manobras de senhores e comerciantes que não queriam pagar impostos ou que transportavam pessoas em condições de escravidão irregular.

Os registros mostram desembarques de escravizados vindos do interior à cidade de São Luís. Quando pensada a dinâmica do tráfico de escravos vindo a São Luís e dela saindo para outras províncias, é plausível a suposição de que uma boa parte desses indivíduos não tinha como finalidade a capital. Ou seja, é provável que eles não ficassem misturados ou convivessem e trabalhassem com os escravizados urbanos residentes da capital.

Se os escravos recém-chegados não eram integrados ao mundo do trabalho urbano, ao que tudo indica talvez ficassem em algum tipo de quarentena para acumular uma quantidade necessária e esperar a chegada dos navios que realizavam as viagens interprovinciais. Esses navios não tinham chegadas e saídas diárias, apesar de possuírem intervalos mais ou menos regulares de tempo.

Tendo em vista que a busca por trocas de informações eram essenciais para montar suas estratégias na vida, provavelmente alguns escravizados, ainda que ficassem de quarentena esperando transporte para outra província, tivessem contato como outros residentes na capital. O trabalho escravo estava em todos os cantos, inclusive nas partições públicas onde estes eram registrados e inspecionados, por exemplo.

Pelo jornal *Publicador Maranhense* não é possível saber ao certo onde essas pessoas escravizadas chegavam e ficavam aguardando outras embarcações, mas possível saber que a Praia Grande era o principal reduto portuário e comercial. Muito provavelmente essas pessoas, em forma de mercadorias, passariam pelo olhar da Alfandega que ali tinha sua sede. Contudo, existia a possibilidade dos escravizados que chegavam à cidade com o seu senhor ou senhora pudessem ficar nos mesmos hotéis, pois existiam espaços específicos para isso. O Hotel Central publicava nos jornais informações dos preços dos seus serviços, entre eles, o valor aos hóspedes que tivessem escravo teria que pagar por eles a quantia de \$500 a diária.⁵⁸

Muito provavelmente a hospedagem de um escravizado não era em um quarto reservado para seu uso privado, mas em dormitórios comuns, como senzalas. Se assim procedesse, é de presumir que ocorressem trocas de informações, alianças, entrega de recados. Enfim, acontecia o fenômeno da comunicação e assim, como se fosse uma comunidade, os

⁵⁸ *Publicador Maranhense*, 05 de julho de 1867.

escravizados se mantinham informado onde quer que fosse, interior ou capital, norte ou sul, inclusive sobre as notícias das leis abolicionistas no contexto atlântico.

2.2. Limites da escravidão ludovicense

Os limites da escravidão parece estarem marcados de maneira muito estreita no imaginário das pessoas, contudo, na prática a dominação no sistema escravista é um cabo-de-guerra, onde forças opostas lutam para obterem uma melhor posição, porém, o escravizado sempre estava com menos vantagens. Os escravizados urbanos viviam de maneira menos rígida em comparação aos da lavoura, e apesar da existência de todo um aparato opressor policial observando seus passos, não havia a vigilância e o controle direto de um feitor.

Nos meados do século XIX o monopólio da violência estava cada vez mais nas mãos do Estado, principalmente nas cidades onde as mãos e olhos do governo conseguia funcionar da melhor forma. Os senhores nas cidades tinham menos poder sobre o punir, função delegada aos aparelhos de repressão do Estado, além de que o escravizado na cidade estava em uma posição muito melhor em respeito a possibilidade denunciar os excessos às autoridades competentes.

As movimentações das pessoas pela cidade eram observadas, sobretudo dos escravos. O transito das pessoas escravizadas tinham que ser justificado para não tornassem suspeitos de qualquer ilegalidade que os agentes do Estado assim achassem. O trabalho escravo urbano não era realizado de maneira avulsa, para as atividades realizadas por eles existiam regulamentações e até mesmo taxas, como é o caso da operação de carga e descarga nos portos. Em março de 1867 havia uma proposta da lei de orçamento para o exercício de 1868-1869 do Governo da Província, ela previa uma renda arrecadada de 20\$000 rs. por cada escravo nas embarcações de canoas abertas e botes empregados no tráfego de carga e descarga do porto.⁵⁹ Em julho do mesmo ano já estava em vigor por decreto⁶⁰.

A existência de mecanismos de controle em um conjunto de normas indica conflito entre estratificações sociais. De maneira geral, no mundo escravista existia presumidamente o conflito entre os Senhores e Escravos, o cabo-de-guerra escravista, ou ainda, entre os detentores do poder e do dinheiro e os “desvalidos” e empobrecidos. É importante entender o sistema escravista como um sistema de relações, pois pensar na figura do escravizado como vítima ou rebelde é silenciar as suas estratégias de sobrevivências diárias, pois o mundo das

⁵⁹ Publicador Maranhense, 09 de março de 1867.

⁶⁰ Publicador Maranhense, 11 de julho de 1867.

relações é mais complexo que qualquer simples dualidade. Nesse sentido, as relações são construídas por *Negociação e conflito*⁶¹, como bordam brilhantemente João José Reis e Eduardo Silva, em seu trabalho “Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista”.

Nas cidades grandes, como São Luís, transitava pelas ruas pessoas de todo tipo, livres, libertos e escravizados. As autoridades policiais, mesmo que tentassem, não conseguiriam dar conta de todo essas pessoas. Foi para obter a maior eficiência no controle da cidade que a Câmara Municipal da Capital do Maranhão aprovou o segundo texto do Código Postura Municipal⁶², em 1866, um ano antes do período que se trata essa dissertação.

O texto com 211 artigos abordavam três grandes temas: regularização e aformoseamento urbano, segurança e salubridade. Alguns desses artigos tratam diretamente das socializações e lugar dos indivíduos nos espaços públicos, regularizando onde e quem poderia estar e fazendo o quê. Existia uma preocupação em particular com a circulação dos escravizados, o indicativo disso é a existência de observações em alguns artigos sobre o caso da postura ser desrespeitada por um deles.

A Postura Municipal de 1866 é a segunda aprovada pela Câmara e mais organizada que a anterior. A existência de observações sobre escravizados sugere que pela experiência com a Postura anterior as situações sinalizadas ocorreram com mais frequência entre os escravizados e inseri-los diretamente na lei aperfeiçoaria os processos de fiscalização e aplicação da pena. As penas variavam de prisões por alguns dias até a retenção para a busca pelo Senhor, além disso, os senhores poderiam ser penalizados com multas ou mesmo pagar a quantia necessária gasta pelo Estado por manter o escravizado sobre custódia.

Os limites propostos pela postura são importantes para entender os limites criados pelos dirigentes da cidade sobre o espaço público, além ser uma forma de impedir que escravizados transitassem pela cidade tão à vontade como se fosse livre. Entre as posturas que não são necessariamente para os escravizados, porém, trazem a observações caso fosse descumprida por um: o Artº 20º, a proibição de jogos ilícitos em quaisquer espaços públicos; Artº 25º, proibição de andar nu ou vestido indecente pelas ruas; Artº 84º, proibição de

⁶¹ REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

⁶² Código de Postura da Capital da Província do Maranhão. Lei nº 775, de 4 de julho de 1866.

conduzir animais montado; Artº 93º, proibição de insultos com palavras e ações a qualquer pessoa; Artº 120º proibição de pessoas alienadas saírem à rua.

O jornal *Publicador Maranhense*, como já foi dito, era as páginas oficiais do governo da província do Maranhão. Nele havia uma parte destinada às publicações das prisões que eram registrados como se fossem as partes do dia da polícia. Essas informações ficavam em uma secção denominada *Estatísticas da cidade*, nela era lançadas, entre outras coisas, as prisões do dia, a maioria delas diziam respeito à Postura Municipal.

Apesar da Câmara da capital ter se preocupado em fazer a observação em caso fossem escravizados que descumprissem a Postura, alguns dos seus artigos não são nem se quer mencionados. Os registros no jornal *Publicador Maranhense* atestam que o desrespeito às normas do artº 20º, 25º, e 84º não eram comum entre os escravizados, ou não fizeram registros delas, ou ainda, a fiscalização não era efetiva no período analisado. Essas posturas são respectivamente: sobre as pessoas que fossem encontradas pelos espaços públicos da cidade com jogatinas ilícitas ou fora do local destinado aos jogos lícitos; sobre quem fosse encontrado nu ou indecentemente vestido pelas ruas; e sobre a proibição da condução de animais montados em *pello* ou mais de dois pelo *cabrêsto*.

Outras posturas aparecem banalizadas como os artigos 93º e 120º. Elas estão presentes com bastante frequência, o primeiro artigo muito mais que o último. Além da frequência, essas ocorrências geralmente não eram nomeadas pelos números de seus artigos, mas por suas características: *insultos* e *alienado vagando pelas ruas*, respectivamente.

[...] no dia 11, preto Manoel, escravo de Isidoro Rodrigues Gomes, por insultos [...]⁶³

[...] a prisão no dia 12, uma molata que parece alienada, por andar vagando às duas e meia horas da madrugada pela rua [...]⁶⁴

Outras posturas não possuem apenas observações sobre os escravos, mas tratam das normas diretamente para eles, como são os casos do Artº 30º, proibição de escravos estarem fora de casa além das dez horas da noite, salvo com autorização por escrita de seu senhor; Artº 31º, a proibição aos escravos de terem estabelecimento de comércio de qualquer natureza, salvo tenha licença do seu senhor; Artº 99º, proibição de escravos andarem com gargalheiras, grilhetas e outros instrumentos de castigos; Artº 100º, proibição de escravos

⁶³ *Publicador Maranhense*, 15 de fevereiro de 1868.

⁶⁴ *Publicador Maranhense*, 18 de novembro de 1867.

velhos ou inutilizados a prestar serviços de serem abandonados pro seus senhores ou andarem pedindo esmolas; Artº 124º, proibição de batuques e danças de preto fora dos lugares permitidos.

Esses artigos são mais incisivos quanto ao lugar permitido ao escravizado. Os artigos 30º e 31º mostravam que o controle e a permissão vinham dos Senhores, o trânsito dos escravizados não poderia acontecer sem autorização expressa sobre o poder da letra documentada. Contudo, o mesmo código de postura que reafirma o poder do senhor para com o seu escravo, também coloca limites nessa relação, como pelos artigos 99º e 100º sobre os castigos e abandonos. Esses dois artigos indicam uma a vigilância do Estado em relações aos senhores e os excessos com seus escravos.

O controle direto dos espaços era mediado pelo Estado e autorizado pelos senhores. O artigo 124º é sobre a diversão das pessoas escravizadas, fica claro que as manifestações culturais dos escravizados não eram bem vistos, mas até certo ponto tolerada. Para que elas acontecessem deveriam ocorrer afastados da “civilização”, em lugares destinados para tais acontecimentos. Lei como essa possibilitava barganhas sociais nas relações individuais de escravo-senhor, pois ameaçar sobre a autorização para esses eventos poderia ser uma arma de controle dos senhores, bem como a confraternização poderia ser possibilidades de alianças e trocas de informações para o escravizado.

Pelo que se pode encontrar no Publicador Maranhense, o artigo 30º é de fato o mais recorrente no dia a dia da capital. A quantidade de ocorrência é um indicativo que mesmo sem autorização, o escravizado buscava maneiras de passar despercebido, e dada a frequência e insistência dos mesmos indivíduos, valia a pena correr o risco.

[...] no dia 21, Daniel, escravo de José Gomes de Souza Gayozo, por infração da postura n. 30.⁶⁵

[...] dia 24 foi preso o preto Virgilio, escravo de Joaquim Marques Rodrigues, por infração da postura n. 30.⁶⁶

[...] no dia 23, foi preso o preto Cyriaco, escravo de João Correia de Mello, pela postura n. 30.⁶⁷

[...] no dia 9, do preto Raimundo, escravo do Dr. Filipe Joaquim Gomes de Macedo, por andar fora de horas sem licença de seu senhor [...] ⁶⁸

⁶⁵ Publicador Maranhense, 24 de julho de 1867.

⁶⁶ Publicador Maranhense, 27 de julho de 1867.

⁶⁷ Publicador Maranhense, 26 agosto de 1867.

⁶⁸ Publicador Maranhense, 13 de dezembro de 1867.

Em cidades como São Luís o Estado era mais presente nas ações sobre os escravizados, colocando um limite muito mais efetivo na relação Escravo e Senhor, em comparação ao mundo rural, das lavouras distantes dos núcleos urbanos. Daí a maior possibilidade do escravizado se defender dos excessos de seu senhor, em contrapartida o senhor poderia ficar menos vigilante, pois o aparelho policial estava vigiando suas propriedades.

A escravidão no mundo moderno é além de uma exploração de força de trabalho, é dominação de corpos, pela ordem e pela lei, e da alma, pelo batismo e catequese. Contudo, no cotidiano das cidades a estratégia de dominação se definia, por um lado, a sujeição e dependência pessoal, por outro, a ameaça constante do castigo exemplar.⁶⁹ Os senhores possuíam estratégias de dominação, bem como os escravizados possuíam as suas para a liberdade, as barganhas não eram necessariamente na forma institucional, mas uma prática das vivências no dia a dia.

Existia entre os escravizados ideias claras do que seria uma dominação aceitável, baseado nos costumes e conquistas individuais, o *paradigma ideológico colonial*, tanto é que a principal motivação para fugas e revoltas parece ter sido a quebra de compromissos e acordos anteriormente acertados.⁷⁰ De maneira geral, aparentemente pensar em *viver sobre si* está atrelado à condição de pessoa livre, contudo, se conferir o sentido político geral às ações mais particulares dos escravizados, as ações por um interpretar (teatral), e o se aproximar da liberdade, confluindo a imagem de uma sociedade de livres e escravos, nesse sentido, significa fazer desmanchar os conteúdos ideológicos da escravidão⁷¹ a partir das ações no dia a dia.

A vida urbana favorecia o passar despercebido, o trânsito de pessoas em todas as direções nas regiões comerciais e portuárias da capital do Maranhão talvez fosse uma saída para o *viver sobre si*. Contudo, não era tão simples conseguir desviar dos olhos do senhor ou da polícia, e mesmo sendo liberto ou livre, a experiência da liberdade dos negros (pretos e pardos) permaneceu constrangida pela força da escravidão durante do século XIX. Não poderiam subestimar o risco de ser empurrado de volta a escravidão ou ser conduzido ao

⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

⁷⁰ REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

⁷¹ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990. p. 238

cativeiro ilegalmente, isso pautava o pensamento, conduta e estratégias dos negros livres e libertos.⁷²

[...] a prisão do preto livre Manoel do Nascimento, por supor ser escravo [...]⁷³

[...] a prisão de Baldoino, estar em uma porta e suspeito de ser escravo [...]⁷⁴

A premissa básica da sociedade escravista brasileira era que a movimentação dos escravizados só acontecesse mediante a autorização do seu senhor, portanto, a obediência e fidelidade nas relações poderiam abrir possibilidades de transito legal na cidade, dia ou noite. No caso dos libertos ou livres, sendo preto ou pardo, estaria condicionado a ser suspeito de ser escravo, e sem nenhuma prova de sua liberdade por escrito, a polícia interpretava que se tratava de um fugido e a estadia na prisão aconteceria até a averiguação. A concentração de poder nas mãos dos senhores sobre a determinação da liberdade de seus escravos fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependência, isso fazia com que seus ex-escravos ainda fossem fiéis e submissos aos seus antigos senhores, pois, em última instância, o ex-senhor poderia comprovar a sua liberdade.⁷⁵

Ainda que a Constituição de 1824⁷⁶ tenha declarado que os cidadãos brasileiros eram todo àquele nascido dentro do território nacional, ainda que tivessem sido escravos ou filho de ex-escravos, a sociedade tratavam os negros livres, dependendo da situação, ainda como sendo propriedade de alguém e sem direitos civis ou políticos, e a carga pejorativa da escravidão ainda pesava sobre eles.⁷⁷

A dificuldade de se esconder do controle escravista, mesmo que nas cidades existisse a possibilidade de se misturar na multidão para tentar passar despercebido, a racialização da escravidão tornou isso mais difícil, até mesmo para os que já eram livres. A cor da pele era um indicativo de sua condição na sociedade, o preto, assim como o mestiço, era escravo até que se fosse provado o contrário.

⁷² CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão – ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. 1º edi. São Paulo – SP. Companhia das letras. 2012. p. 233.

⁷³ Publicador Maranhense, 03 de agosto de 1867.

⁷⁴ Publicador Maranhense, 26 de fevereiro de 1868.

⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

⁷⁶ BRASIL. **Constituição Brasileira**. 1824.

⁷⁷ COSTA, Lenira Lima da. **A lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1878**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado História, UFPE, Recife, 2007.

2.3. A escravidão urbana em questão

A legislação da província e da capital, bem como o jornal porta-voz do governo, atestam a importância e a intensidade da presença escrava no mundo urbano. Contudo, no período analisado está acontecendo a degradação da quantidade de escravizados na província, afetando as cidades. Quando em 1850 o comércio atlântico dessa mão de obra cessou legalmente, mesmo que houvesse contrabando não seria o suficiente para recompor a necessidade dos negócios, tendo em vista que a escravidão era a principal mão de obra que produzia para economia nacional.

No período em análise fica claro que a produção do centro-sul estava mais aquecida que do norte, a transferência pelo tráfico interprovincial já estava ocupando um lugar de destaque nos portos. A falta de escravizados nas lavouras do norte começou a ser sentida, e a discussão sobre o remanejamento de escravizados dos núcleos urbanos para o campo passou a ser uma alternativa para sanar esse problema e preparar a sociedade para a entrada de trabalhadores livres nos postos de trabalhos urbanos. As províncias do norte tiveram um fator que diferenciava do Centro-sul, como estavam enfrentando o esvaziamento de escravos pelo mercado interprovincial, foram obrigadas a pensar em uma transição prematura para o sistema de trabalho livre.

A proposta por uma parte da elite liberal do Maranhão para essa questão era, primeiramente, sanar as necessidades do campo, transferindo os escravizados das vilas e capital para as lavouras próximas. Enquanto fossem retirados os escravizados se inseriria trabalhadores livres nacionais e estrangeiros nos postos de trabalhos urbanos que se tivesse abrido lacuna pela falta dos escravizados. Contudo, parece um tanto quanto equivocado essa solução, pois os escravizados estavam sendo transferidos para fora da província, e é evidente que se os escravizados urbanos ficassem disponíveis para o mercado, teriam o mesmo destino. De qualquer forma esvaziaria ainda mais de escravos a província do Maranhão, mas parece que não daram tanta importância ou intencionalmente ignoraram as questões do mercado interprovincial.

Em uma coluna, no dia 12 de junho de 1868, do Publicador Maranhense, foi levantado a questão, *O trabalho livre e o servil*, pelo Dr. Miguel Vieira Ferreira⁷⁸ em apreciação às

⁷⁸ Ludovicense (1837-1895), formado em Matemática e Física, foi engenheiro e jornalista, defendeu o abolicionismo. Era próximo dos administradores públicos provincial e imperial, apesar de ser republicano. Sua proximidade com políticos possibilitou ele conseguir até mesmo autorização para fundar a Igreja Evangélica Brasileira, em 1879.

medidas econômicas e financeiras propostas por Manoel Jansen Ferreira⁷⁹. O texto evidencia que as ideias abolicionistas eram, de certo modo, difundidas, mas as preocupações da elite escravista se concentravam mais em não perder sua atual propriedade e não correr o risco de uma possível liberdade sumária dos escravizados.

[...] Hoje as ideias abolicionistas já são recebidas com menos receio. Todos as aceitam, apenas com a resticção de respeito á propriedade actual, e em termos hábeis.

A questão limita-se ao meio pratico. É a grande dificuldade. [...] ⁸⁰

O fim da escravidão já era fato presumido, contudo, o desafio se focava em como transformar os postos de trabalhos, que outrora ocupado por escravizados, fossem quisto pelos livres, tendo em vista que “*a escravidão, degradando e aviltando o trabalho, repelle o homem livre*”⁸¹. A tese principal circula na ideia que as pessoas livres, brancas ou negras, não queriam se submeter a nenhum trabalho que lhe remetesse à escravidão. Por esse motivo o livre fazia altas exigências para trabalhar ao lado de escravizados, pois que *se o patrão lucrar com o seu serviço, está roubando-a, por que um homem livre só trabalha para si; entende que só o escravo é quem deixa lucro ao dono da casa, ou que é igual ao escravo aquelle que deixa lucrar o patrão*⁸². A solução para isso seria esvaziar de escravizados alguns postos de serviço para que pudessem se tornar “dignos” para os livres.

[...] É fundado n’esse facto económico, que alguns se tem lembrado do imposto progressivo sobre os escravos nas cidade, como meio indirecto, de os ir fazendo sahir para o campo, e facilitar assim a substituição por gente livre; bem como de excluil-os de certos trabalhos em repartições, obras publicas, etc., e só admitir pessoas livres. [...] ⁸³

A proposta do presidente da província era tirar todos os escravos dos postos de trabalhos urbanos e encaminhá-los para as lavouras. Foi estimada pelo *Dr. Miguel* a transferência de 10.000 pessoas, essa ideia deve ter apavorados os escravizados da capital, pois eram os ambientes urbanos que mais possibilitava o *viver sobre si*. A rede de relações construídas por um escravizado no mundo urbano quase que determinava experiências de liberdade, a possível desarticulação desses arranjos, por deslocamento desse indivíduo, causava perturbações, contudo, nesse momento específico não foi registrado nenhuma

⁷⁹ Natural de Belém-PA (1878), foi presidente da província do Maranhão de 1 de agosto a 1 de outubro de 1866, de 4 de abril a 29 de maio de 1867, e de 5 de maio a 1 de agosto de 1868.

⁸⁰ Publicador Maranhense, 12 de junho de 1868.

⁸¹ Publicador Maranhense, 12 de junho de 1868.

⁸² Publicador Maranhense, 12 de junho de 1868.

⁸³ Publicador Maranhense, 12 de junho de 1868.

movimentação reativa dos escravizados que se tenha chegado nas páginas do jornal Publicador Maranhense.

As propostas de se acabar com a escravidão estão, quase sempre, intimamente ligadas ao branqueamento da população. A mão de obra negra só é aceita na forma de escravo, o *Dr. Miguel* nessa mesma coluna desaprova o mau uso dos 6:000 contos de réis do governo central para esforços de emigração de mão de obra livre da Europa para o campo. Ele defendia que o emigrante branco deveria ficar na cidade, e não no campo, os serviços domésticos e o cuidado com as crianças da elite deveria ser prioridade, *os escravos não recebem a menor educação, seus princípios são péssimos, sua ignorância toca o máximo, e todavia, são as pessoas com quem mais lidamos na infância*⁸⁴, e isso seria um fator de embrutecimento da elite brasileira.

2.4. Liberdade nos caminhos da lei

Durante o século XIX, principalmente na segunda metade, a discursão que movimentava a política e os agentes econômicos era a liberdade dos escravizados e se a império estaria preparado para girar sua economia a partir do trabalho livre. A política imperial e a elite estavam muito atentas ao que acontecia na Europa em relação às leis. No caso da escravidão, por exemplo, em Portugal não foi abolida de uma só vez, mas de maneira gradual via leis. Como a lei portuguesa de 19 de setembro de 1761 declarou proibido o tráfico de escravos pretos da América, África e Ásia, bem como a liberdade dos que entrassem depois da promulgação desta lei. Outra lei portuguesa, que provavelmente foi argumento para lei do Ventre Livre brasileira, foi a de 1773 que libertava, a partir daquele ano, os filhos nascidos de escravas, na qualidade de livres e não libertos, isso significava dizer que possuiriam plenos direitos.

Os movimentos em prol a liberdade dos escravizados podem ser divididos entre duas grandes frentes, o emancipacionismo e o abolicionismo. A primeira defendia a ideia que o sistema escravista inviabilizava a constituição de uma nação civilizada, mas a abolição não poderia ser pretexto para a desorganização da agricultura, e apesar de buscarem o fim da escravidão, criavam meios nas leis para promover a permanência dos ex-escravos nas propriedades dos seus antigos senhores. Dessa forma, defendiam o fim gradual, lenta e pacífica da escravidão, para criar dependências nas relações de trabalho e a experiência portuguesa não passava despercebida entre a elite econômica e política brasileira.

⁸⁴ Publicador Maranhense, 12 de junho de 1868.

A segunda, mais imediatista, realizava movimentos sociais, políticos e jurídicos para a libertação de quaisquer escravizados de maneira mais rápida possível, buscavam o fim da escravidão de imediato e a integração desses indivíduos a sociedade livre. Com o abolicionismo a mobilização popular tornou-se um elemento de transformação consciente da realidade. Em vez de reuniões secretas, no século XIX, formaram clubes abertos, jornais, palestras em teatros e comícios nas ruas, apresentavam ao escravizado alternativas legais de luta, baseadas em aliança entre cativos e livres.

A discussão efetiva sobre o destino da escravidão no Brasil se deu pela declaração da ilegalidade do tráfico de escravos em 1850. A partir de então foi construindo a política de emancipação que viria a concretizar a Lei do Ventre Livre em 1871, como parte da proposta da transição lenta e gradual para a mão de obra livre, sem grandes perdas as produções e à elite econômica escravista.

As pressões internacionais, principalmente pelos ingleses, com interesses no fim da escravidão, as lutas abolicionistas nas Américas e os movimentos internos determinavam que o fim da escravidão fosse acontecer, mas o caminho a ser trilhado era o que prendia a atenção de todos os lados sociais envolvidos – emancipacionistas e abolicionistas –. No contexto de decadência da economia agrícola mercantil no Maranhão, as classes dominantes passaram a manifestar a favor do fim gradual da escravidão, nesse período, apoiando a lei do Ventre Livre, exaltando-a como um marco civilizador sem violência.⁸⁵

A lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida também por Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, foi apresentada na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871. Uma lei a fim de limitar a duração da escravidão no Brasil concedendo a liberdade das crianças nascidas de mulheres escravizadas a partir daquele ano. Contudo, ela possuía algumas ressalvas e condições explicitadas em seus artigos que acabava prendendo os libertos em mais tempo de trabalho, como uma forma de reparação financeira pelo valor perdido pelo senhor com a liberdade.

Sua idealização tinha como objetivo possibilitar a transição, lenta e gradual, do sistema de escravidão para o de mão de obra livre no Brasil. Na tentativa de acabar com a escravidão, contudo, sem romper bruscamente com os interesses econômicos escravocratas. Enquanto que a Lei Eusébio de Queirós foi a primeira ação incisiva do governo sobre o fim

⁸⁵ PEREIRA, Josenildo. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão da década de 1880**. Tese de Doutorado. USP-SÃO PAULO. 2006. p. 14.

do elemento servil, com o fim do tráfico, a Lei do Ventre livre foi a primeira que alcançou a alforria propriamente dita, nos termos legais.⁸⁶

Apesar da lei 28 de setembro de 1971 ter tramitado pouco menos de cinco meses na Câmara dos Deputados e Senado, ela foi fruto de projetos com datas mais antigas. Por exemplo, houve cinco projetos para emancipação dos escravizados apresentado por Visconde de São Vicente em 1866, qual serviu de base para a Lei do Ventre Livre, contudo, elas foram congeladas até a resolução das questões sobre a guerra do Paraguai. Entre 1850 e 1871 houve iniciativas abolicionistas/emancipacionista através de formulações de leis, como prova a atuação do Visconde de São Vicente, mesmo acontecendo a contragosto de quem obtinha altos lucros com a escravidão, e por isso mesmo produzidas para ter o mínimo de impacto possível na produção agroexportadora.

As discussões de assuntos relacionados à lei do Ventre Livre não se limitou à data que ela foi promulgada, pois foi uma discussão mais ampla que permeava todas as províncias. O trâmite da lei dependeria da recepção dos deputados e senadores e estes tinham vida pública em suas províncias, portanto, os interesses locais influenciavam nas decisões em nível nacional.

As ações de liberdade não foram exclusivas da Lei do Ventre livre, mas ela apareceu como um caminho que poderia ser trilhado para a alforria. Essa lei foi baseada nas conquistas do dia a dia, como afirmou Eduardo Silva, “[...] consagrou, de cambulhada, várias práticas costumeiras”.⁸⁷ A lei do ventre livre não é uma total novidade, muitos dos seus artigos existiam nas práticas sociais, mas se consolidaram e depois viraram força de lei. Costumes e hábitos podem ser reduzidos a regras, e em certas circunstâncias até mesmo se tornar força de lei⁸⁸, todavia, não funciona de forma deliberada a conversão de costume em lei, pois o costume também é um campo de conflitos quais as partes reivindicam propostas antagônicas. A sociedade pode tanto reconhecer os direitos costumeiros, quanto criar empecilhos para o exercício desses mesmos direitos.⁸⁹

⁸⁶ COSTA, Lenira Lima da. **A lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1878.** 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado História, UFPE, Recife, 2007. p.27.

⁸⁷ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo:** vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.144. in: COSTA, Lenira Lima da. **A lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1878.** 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado História, UFPE, Recife, 2007. p. 107.

⁸⁸ THOMPSON, Eduard P. **Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p 15.

⁸⁹ Ibidem. p.89.

Ações para libertação de escravizados, como essa feita para Alfredo, abordada no início deste trabalho, aconteciam com certa frequência, grupos e entidades de cunho abolicionistas realizaram diversas ações para arrecadar dinheiro e compor fundos particulares voltados para alforrias. Exemplos é a irmandade do Glorioso São Benedito e a Sociedade Manumissora Vinte e Oito de Julho, a primeira de formação mais popular, promovia festas para o padroeiro dos negros, que em 1867 durante seus festejos passou a conceder cartas de alforrias para meninas.⁹⁰ A segunda, formado por uma parte da elite financeira, fazia ações para libertação de escravos com até 40 anos, preferencialmente mulheres, mas em forma de empréstimo, apenas libertavam gratuitamente crianças de até 7 anos.⁹¹ A preferência por libertarem mulheres se dava justamente pelo mesmo motivo que se pensava a lei do ventre livre, libertar os descendentes da escravidão.

Os jornais foram importantes para a propagação das informações que fomentavam as discussões abolicionistas, bem como na articulação das ações para a liberdade de escravizados. Por exemplo, assim como o anúncio da *scena* teatral para a liberdade de Alfredo anunciava o quão bom e generoso era quem ajudasse esta ação, a irmandade do Glorioso São Benedito usava também o jornal para divulgar o nome das pessoas que ajudavam a comprar as alforrias como “benfeitores”.⁹²

Eram frequentes as instituições promovendo ações e discursões sobre o fim da escravidão e como ela aconteceria, e foram importantes para a consolidação das leis, tanto é que algumas dessas instituições pararam de funcionar ou alteraram suas abordagens depois da lei de 1871. A lei já criava alguns dispositivos legais que suprimiram algumas demandas ou reivindicações, como é o caso do Fundo de Emancipação criada pela lei de 1871 e que foi o motivo do fim da Sociedade Manumissora Vinte e Oito de Julho em 1875.

A lei do ventre livre aparece dando bônus aos dois lados da moeda. Para os senhores ela estendeu a utilização da mão de obra de forma gratuita até vida adulta do nascido do ventre livre, ele estaria obrigado a trabalhar para o senhor de sua mãe até completar a idade de 21 anos. Por outro lado, criou mecanismos legais para a conquista da liberdade dos escravizados sem que passasse apenas pela vontade do seu senhor, com a regulamentação

⁹⁰ MARQUES, César Augusto. Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão. São Luís. 1970. p. 191.

⁹¹ FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012. p. 192-193.

⁹² MARQUES, César Augusto. Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão. São Luís. 1970. p. 191.

das alforrias. Ou seja, a liberdade imediata pela a lei ficou restrita a um numero ínfimo de pessoas, os resultados só se prometiam anos depois, mas abriu mais possibilidades legais para a conquista de alforrias.

Como já foi abordada, a experiência do *viver sobre si* existiu independente de qualquer permissão legal no cotidiano das cidades brasileiras, contudo, a liberdade propriamente dita foi um processo desenvolvido ao logo dos anos através de lutas e jogos de interesses políticos e econômicos. A Lei do Ventre livre, foi um passo mais próximo ao fim da escravidão, ficou conhecida por esse nome por libertar as crianças nascidas a partir da data de promulgação, 28 de setembro de 1871. Essa lei foi usada pelas estratégias tanto da busca da liberdade quanto na manutenção da escravidão, tendo em vista que nos seus artigos existiam dispositivos que poderia ser acionado em prol da alforria e a manutenção por mais algum tempo da situação de cativo.

Durante a segunda metade do século XIX já não era mais necessário fazer processos tão longos para a defesa da liberdade, uma grande parte da população detentora das riquezas já compartilhava de ideais abolicionistas em clubes, entidades e eventos que já eram públicas e atuavam nas matérias dos grandes jornais. Havia jogos de interesses, entre os que queriam a manutenção da escravidão preservando sua propriedade e lucros; os que defendiam o fim da escravidão sem muito prejuízo aos senhores, e os que buscavam uma ruptura do sistema escravista. A Lei do ventre livre, apesar de ter sido feita na expressão do emancipacionismo, ela legitima e legaliza algumas práticas de alcance de liberdade que já eram estratégias dos escravizados por meio da via legal para a liberdade. Ou seja, parece um golpe e um assopro em todos os lados.

Dois recursos da lei de 1871 foram negligenciados pela historiografia, a matrícula dos escravos e o fundo e emancipação, em contraponto do privilégio dos artigos sobre a liberdade do ventre e a alforria com o pecúlio do escravo. Essa falta de esclarecimento remete à própria época em que a elite dificultava o conhecimento da lei para dificultar o acesso a ela.⁹³ Esses recursos são frutos da prática já existente nas irmandades em prol da libertação de escravizados, elas tinham seus fundos particulares para a libertação e seus próprios meios de arrecadação financeira. A matrícula dos escravizados também é um dispositivo já tentado anteriormente por algumas províncias, como indica a *gazetilha* do dia 25 de junho de 1868.

⁹³ COSTA, Lenira Lima da. **A lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1878.** 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado História, UFPE, Recife, 2007. P.23

Matricula de escravos. - Sobre esse assumpto, ao qual se prendem obrigações cuja falta de cumprimento acarreta não pequenas desvantagens aos que possuem escravos [...]⁹⁴

A igreja já tinha experiência em registros de pessoas em geral, livres ou escravos. Antes da criação matrícula ela desempenhou papel fundamental para demonstrar números de escravizados de uma região. Em uma de suas funções, ela era a certificadora de dois documentos essenciais para a sociedade, o registro de batismo. Esse documento não era só prova a adesão da pessoa ao cristianismo, mas também a catalogação das pessoas nascidas no império, além do registro de natalidade, a igreja ainda detinha as notas sobre os óbitos. Nesse sentido, a igreja tinha o poder de comprovar a origem livre ou escrava de uma pessoa, até mesmo mais que o Estado, pois este não possuía até então nenhum dado desses sistematizados.

3. Agenciamento da escravidão pelo Publicador Maranhense

O grande trunfo financeiro do sistema de escravidão moderno transatlântico foi a mercantilização da mão de obra. As diversas sociedades no mundo quando desenvolveram seus sistemas de produção inevitavelmente fizeram divisões sociais do trabalho, a escravidão esteve presente de inúmeras formas. É possível encontrar características da força de trabalho escrava em diversas sociedades ao redor do mundo mesmo antes das barreiras marítimas serem superadas. Contudo, foi somente no sistema colonial da modernidade que a mão de obra escravizada entrou em cena de uma maneira tão forte que por vezes o comércio de mão de obra superava ou se equiparava no lucro aos comércios de alguns produtos advindo da produção com essa mesma mão de obra.

A experiência mais forte do uso da mão de obra escravizada no Maranhão foi durante a primeira metade do século XIX, ou seja, neste período esse tipo de comércio já estava consolidado e equipado da forma mais eficiente possível com tecnologias da época. Inclusive pode-se dizer que nesse período o comércio já estava começando a passar do seu auge mundial, começando a ser contestada a sua “moralidade”. De todo modo, naquele momento para as nações que conseguiram se estruturar e começavam a se industrializar, a escravidão já não era muito interessante de ser mantida pelo mundo. Como para a Inglaterra, o acúmulo necessário de riqueza já tinha sido feita em escala o suficiente para que pudesse ocorrer uma perspectiva liberal das relações de trabalho, e para o liberalismo, mão de obra livre é mercado consumidor.

⁹⁴ Publicador Maranhense, 25 de junho de 1868.

No recorte temporário deste trabalho a escravidão começava a se desfazer no império do Brasil, contudo, de maneira lenta e gradual como planejavam os emancipacionistas. Em 1850 foi o primeiro movimento legislativo contra a escravidão, com o fim do tráfico transatlântico. No legislativo, mesmo os políticos mais abolicionistas diminuíram o ritmo de trabalho por conta da guerra com o Paraguai (1864-1870), que inclusive contou com apoio de escravizados que tiveram como promessa a sua liberdade.

A guerra se propôs a ser pela liberdade da América do Sul, o que fazia surgir a esperança que seria também pela liberdade do trabalhador escravizado, mas acabou a guerra e nada mudou para esses indivíduos. Logo após o termino da guerra, o legislativo passou a olhar mais para a questão da emancipação dos escravizados, fazendo-se aprovar a lei do ventre livre no ano seguinte.

No momento que o escravizado foi convocado à guerra do Paraguai para lutar a favor do Brasil em troca de sua liberdade o país já não recebia essa mão de obra via atlântico, a distribuição de escravos acontecia internamente por meio do comércio interprovincial. Esse comércio aconteceu durante todo o tempo que existiu escravidão no território brasileiro desde quando era colônia de Portugal.

Com os portos internacionais fechados para esse tipo de mercadoria, o mercado interno foi aquecido, principalmente pela alta demanda do café no Centro-Sul, causando uma transferência em massa da mão de obra escrava das províncias do Norte em direção, principalmente, ao Rio de Janeiro. Nesse mesmo período o Maranhão passava por uma desarticulação da sua economia, sua produtividade estava distante dos seus tempos áureos como tinha sido em algumas décadas atrás. Uma das formas que muitos senhores do mundo agrícola encontraram para salvar-se o endividamento foi a venda de seus escravos no mercado interprovincial, que naquele momento gerava vultosos lucros pela grande demanda.

Como já foi mostrado, existiam dois grandes grupos de escravizados, os dos campos e os das cidades. Os postos de trabalhos disponíveis no Centro-Sul do Brasil eram de lavouras, e a economia agrícola estava ruindo no Maranhão, portanto, o interesse principal nas transferências de pessoas escravizadas eram os dos campos. Contudo, é certo que tenha afetado o mundo urbano, tanto pelo movimento dos portos quanto por transferências de alguns escravos dispensáveis do mundo urbano ao rural.

Em 1868 Miguel Vieira Ferreira já estava falando sobre o esvaziamento do campo quando propôs a transferências dos escravos urbanos para o mundo rural. E como já exposto, não dá para saber se ele, juntamente o presidente da província, estavam querendo de fato salvar a agricultura da crise ou cinicamente reproduziam esse discurso em função de favorecer o mercado interprovincial e fazer lobby para as províncias do Centro-Sul ou à própria corte.

De todo modo, o mercado não acontece de forma aleatória, ele possui uma estrutura, de quem compra, quem procura, quem acha, quem vende e principalmente, quem tem dinheiro para movimentar tudo isso. A estrutura de agenciamento permite as transições fluírem, e o comércio de escravizados não se reduz simplesmente ao transporte deles, mas a um complexo de relações que podem concretizar, inclusive, em transporte para a entrega. Ainda tem que ser levado em consideração que não existia somente o mercado interprovincial, os negócios da escravidão também aconteciam dentro da própria província, e movimentava a economia interna.

É possível fazer um panorama do agenciamento de escravizados da capital pelo jornal Publicador Maranhense. Um dos componentes do mercado é a publicidade, anúncios de compra venda e aluguel são constantes nos jornais. A pesquisa no jornal Publicador Maranhense foi feita pelo acervo disponível da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, sendo selecionados os anos, buscando palavras chaves que remetessem a escravidão como “escravo” e “escrava” e selecionando as ocorrências. Há um número significativo de anúncios repetidos, alguns aparecem meses seguidos, essa insistência era uma estratégia para conseguir efetuar o negócio, contudo, para esse trabalho a repetição de anúncios será desconsiderada.

3.1. Agenciamento pela demanda: compro ou alugo

Os anúncios de demandas seguem em uma estrutura quase regular, trazem informações sobre a função do escravizado, quem está agenciando, qual a modalidade (compra ou aluguel), idade, cor e alguma característica de comportamento. Para esse trabalho foi levado em consideração os dados de função (ou *officio*), modalidade (compra ou aluguel) e o agente. A escolha foi feita pelo fato desses dados manterem a maior regularidade, enquanto as outras características aparecem em frequência bem deficiente.

No ano de 1867 foram catalogados cinquenta e quatro anúncios de compra e aluguel. Entre eles a maior quantidade de procura foi por escravizados sem ofícios (17)⁹⁵, seguida por domésticas (11). Nesse ano também houve uma alta procura por amas de leite (7). A maior

⁹⁵ Os números em parênteses indicarão a quantidade catalogada dos anúncios.

quantidade de busca por compras foi de escravos sem ofícios (11), quantos de aluguel foram as domésticas (6). O maior quantitativo na modalidade não especificada se compra ou aluguel foi por amas de leite (6). O principal agenciador de demanda neste ano foi o próprio jornal Publicador Maranhense (4), a maior parte dos anúncios (25) não especificam os agentes.

Outros ofícios tiveram demandas, mas não passaram de 3 anúncios por ofício, contudo, para demonstrar a características do comércio segue os *offícios* procurados: pedreiro, para roça, cozinheiro, marceneiro, servente, para tabuleiro, para carro de condução, costureira, copeiro e carpinteiro. Houve também outros agentes, contudo, sem expressividade por terem no máximo dois anúncios.

No ano de 1868 foram catalogados 76 anúncios de compra e aluguel. Entre eles a maior quantidade de procura foi por escravizados sem ofícios (28), seguido por domésticas (19), houve uma procura expressiva também pelas cozinheiras (7). A maior quantidade de busca na modalidade de compras foi de escravos sem ofícios (19), seguido por domésticas (11). Quanto o aluguel, os sem ofícios (7) também foram a maior parte.

O restante dos dados, tanto de aluguel quanto de sem especificar a modalidade foram menos de 3 anúncios, portanto, inexpressivos. Neste ano os principais agentes foram o jornal Publicador Maranhense (7), seguido por Manoel Antonio dos Santos (5) e Antonio Rodrigues dos Santos Almeida (4), e ficando a maior parte dos anúncios sem especificar os agentes (23), outros agentes aparecem com no máximo 3 anúncios.

Os ofícios com baixa demanda deste ano são: marceneiro, pedreiro, para tabuleiro, criado, *pastorador*, ferreiro, carpinteiro, costureira, criada, tanoeiro, arqueador de barricas e calafate. Nesse ano houve em alguns anúncios uma observação que se tratava de compra para levar a outras províncias, para o Pará (5), Rio (1) e outra província não especificada (1).

O ano de 1869 foi catalogado apenas 21 anúncios, pois no acervo da biblioteca nacional está disponível somente até o mês de junho, portanto, os dados refletem apenas os 6 primeiros meses. Mesmo com essa deficiência essa amostra não sai do padrão, tendo a maior parte da demanda por escravos sem ofícios (8), seguido por domésticas (6). Esse ano tem como principal na modalidade de compra os sem ofícios (6), e o de aluguel, as domésticas (5). O principal agente foi o jornal Publicador Maranhense (6), e sem especificar (4), foi segunda maior quantidade. Somente um anúncio possuía a observação de venda para outra província,

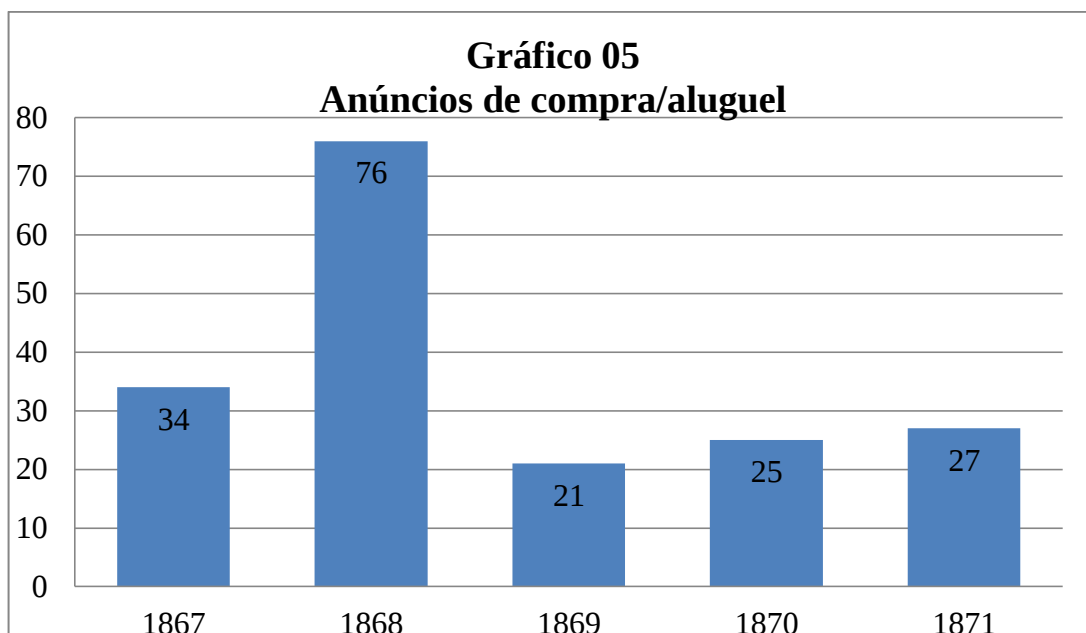
no caso para o Rio (1). As procuras por *offícios* que não tiveram expressividade foram: para roça, ama de leite, cozinheira, para limpar praça.

No ano de 1870 foram catalogados 25 anúncios de compra e aluguel. Entre eles a maior quantidade procurada foi por doméstica (4), outros *offícios* não tiveram quantidade mais que três anúncios. Não houve expressividade na diferença das modalidades compra e aluguel. O principal agente foi o jornal Publicador Maranhense (3), e existindo 12 anúncios sem especificações do comprador. Neste ano somente um anúncio tinha observação sobre a ia para fora da província, para o Rio. As procuras por *ofícios* que não tiveram expressividade foram: para roça, cozinheira, copeira, ama de leite, criada, para sitio, tanoeiro, ferreiro.

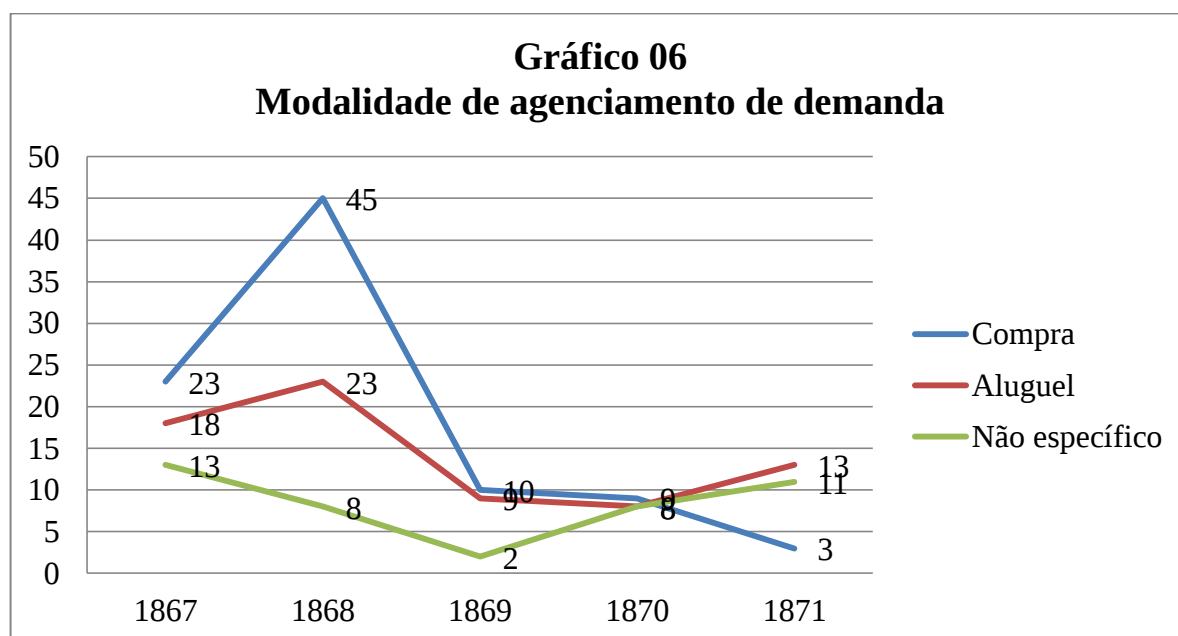
No ano de 1871 foram catalogados 27 anúncios de compra e aluguel. Entre eles o mais procurado foram os escravos domésticos (11), em seguida das amas de leite (4), e tendo apenas 3 anúncios de sem *ofícios*. Sobre as modalidades, os maiores números foram de 7 alugueis e 4 não especificados para a busca por domésticos. Poucos agentes apareceram registrados e os que apareceram tinham somente 1 anúncio cada um, contudo, o jornal Publicador Maranhense foi o único que assinou 4 anúncios, e existiram 18 anúncios sem aparecer agentes algum. Neste ano somente 1 anúncio teve a observação de negócios para fora da província.

Durante a exposição dos dados surgiram muitos “não específicos”, portanto, cabe uma observação sobre eles. No que diz respeito aos tipos de trabalhadores ou *offícios*, existe uma quantidade muito grande de anúncios que não referenciam qualquer ofício quando procuram por escravos. Esses indivíduos sem *ofícios* poderiam ser designados para qualquer tipo de trabalho que não fosse exigido algum conhecimento técnico, na maioria das vezes iam para roça ou trabalhar com carregadores. Outros dados não especificados são as de modalidade de compra ou aluguel, contudo, pode-se presumir que a falta dessa especificação se dá por conta da necessidade de obter aquele escravo não importando por qual dessas duas vias tramitaria a negociação.

Os dados sobre a quantidade de anúncios de compra e aluguel de escravizados mostram algumas anormalidades demonstrado no gráfico a baixo. Primeiramente, o ano de 1868 tem uma quantidade desproporcionalmente alto de anúncios, enquanto o ano de 1869 só tem disponíveis os dados dos seis primeiros meses.



Não há muita diferença nos dados dos anos de 1867, 1870 e 1871, pode ser indicativo que nesse período houvesse uma flutuação relativamente estável. Entre esses anos houve uma margem de diferença pouco mais ou menos de dez anúncios, se desconsiderarmos os dados dos anos atípicos de 1868 e 1869. Contudo, há a possibilidade que os anos de 1868 e 1869 houvesse uma grande quantidade de demanda por escravizados. Essa suposição considera a grande quantidade de anúncios de 1868 e que somente nos primeiros seis meses do ano de 1869 foram registrados quase a mesma quantidade dos anos que se seguiram e que tinham dados de doze meses. Talvez o ano de 1869 ainda tenha sentido o aquecimento do mercado que aconteceu em 1868.



O gráfico acima mostra que os dois primeiros anos possuem a demanda de compra muito maior que a de aluguel. O ano de 1870 tem os números mais equilibrados, ainda que mostre a tendência à compra correspondentemente ao ano anterior. No ano seguinte os dados se invertem, demonstrando uma maior tendência ao aluguel. Talvez a retomada das discussões emancipacionistas pela política do Império, com o fim da guerra do Paraguai, tenha passado a recenter a compra de escravizados no mundo urbano. É presumível que havia uma apreensão de que se caso acontecesse algum tipo de liberação de escravizados a partir de alguma lei ou decreto, o senhor de um escravizado alugado teria menos prejuízo que o real proprietário dele.

Considerando a qualidade dos dados, os anúncios mostram que nos três primeiros anos a quantidade da procura por escravos sem ofícios foram superiores à de qualquer outro. Contudo, nos dois últimos anos da catalogação houve uma mudança, a busca por escravos domésticos, que nos anos anteriores ficaram sempre na segunda posição de demanda, passam a ser a principal busca.

Além disso, apesar dos dados do tráfico interprovincial estar mostrando uma grande movimentação de escravizados sendo levados para fora da província, poucos anúncios trazem informações sobre a compra de escravizados para serem levados a outras províncias. Os anúncios de compra e aluguel se deram em direção ao Pará e o Rio de Janeiro, contudo, os dados são poucos o bastante para não ser possível uma análise concisa. Talvez um estudo mais profundo sobre a entrada e saída do porto ludovicense revele melhor essa situação, mas não é o objetivo deste trabalho.

Ainda pode existir a possibilidade que os escravizados que estariam sendo levado em direção às outras províncias não fossem do contexto urbano da capital e os anúncios não contemplaram essa demanda. Essa hipótese, já abordada, sobre o esvaziamento do interior tendo como rota a cidade de São Luís poderia ter acontecido por negociações diretas sem passar pelos anúncios dos jornais.

Ainda sobre a procura de escravos pelos anúncios do jornal, o principal agenciador era o próprio Publicador Maranhense. Em todos os anos, o jornal teve majoritariamente a quantidade de publicações referente à compra e aluguel de escravizados. Os dados sugerem que quem comprava não interessava muito em se identificar, colocando apenas seu endereço ou delegando a terceiros a negociação. Nesse sentido, o próprio jornal era um agente terceirizado para a compra e alugar escravizados.

3.2. Agenciamento por oferta

Os anúncios de oferta também seguem uma estrutura quase regular, trazem quase as mesmas informações dos anúncios de compra (função do escravizado, idade, cor, comportamento). A diferença acontece na apresentação do preço do escravizados, contudo, não aparece sempre. Outro dado novo é sobre as modalidades de negócios, agora acontecendo por meio de venda, aluguel e leilão. Para melhor comparação, será levado em consideração os mesmos dados do levantamento de compra, ou seja, informações da função (*officio*), modalidade de negócio, e agente.

No ano de 1867 foram catalogado 101 anúncios. Tendo 46 anúncios sem especificar o ofício. Os escravos domésticos (23) foram os mais procurados, seguido de escravos para roça (11). Os anúncios sem especificações de ofício em sua maioria eram de venda (29) e outra parte para leilão (11). Em seguida, a maior quantidade de oferta como venda foi para os escravos de roça (11), enquanto os domésticos lideraram nos alugueis (10). Os outros ofícios disponíveis que não passaram de 3 anúncios foram: tecelão, pedreiro, criado, alfaiate, ama de leite, carpinteiro, servente, tecelão, cozinheiro, refinador, sapateiro e costureira.

Os principais agenciadores foram João Manoel Bruce, mais conhecido por apenas Bruce, com 9 anúncios, seguido por João Luiz da Silva (7) e Joaquim Thomaz da Costas Bastos (5), mais conhecido por Costas Bastos. Os dados indicam que Bruce e Costas Bastos detinham o monopólio dos leilões durante esse período, pois somente eles apareciam com essa modalidade de oferta. Dois estabelecimentos também tinham importância no agenciamento de oferta, o Hotel da Boa-Vista (5) e Casa da Trindade (4). Somente um anúncio tinha a observação que a “peça” à venda era para ser mandado para fora da província.

No ano de 1868 foram catalogados 107 anúncios. Os escravizados de ofícios não especificados contabilizaram 52 anúncios, seguidos por escravas para o serviço doméstico (27), e os destinados à roça (9). A modalidade de venda foi alta entre os anúncios sem ofícios (16) e entre os de domésticas (12). Os sem ofícios ainda foram ofertados para o aluguel em 12 anúncios e em 11 para os leilões. Os outros ofícios que não tiveram tanta expressão, com menos de 4 anúncios, foram: ama de leite, costureira, vaqueiro, tanoeiro, carpinteiro, pedreiro, servente, ferreiro, carreiro, copeiro, oleiro e açucareiro. Os agentes em destaque foram: Costas Bastos (13), logo em seguida do Bruce (12) e João Bento de Barros (8).

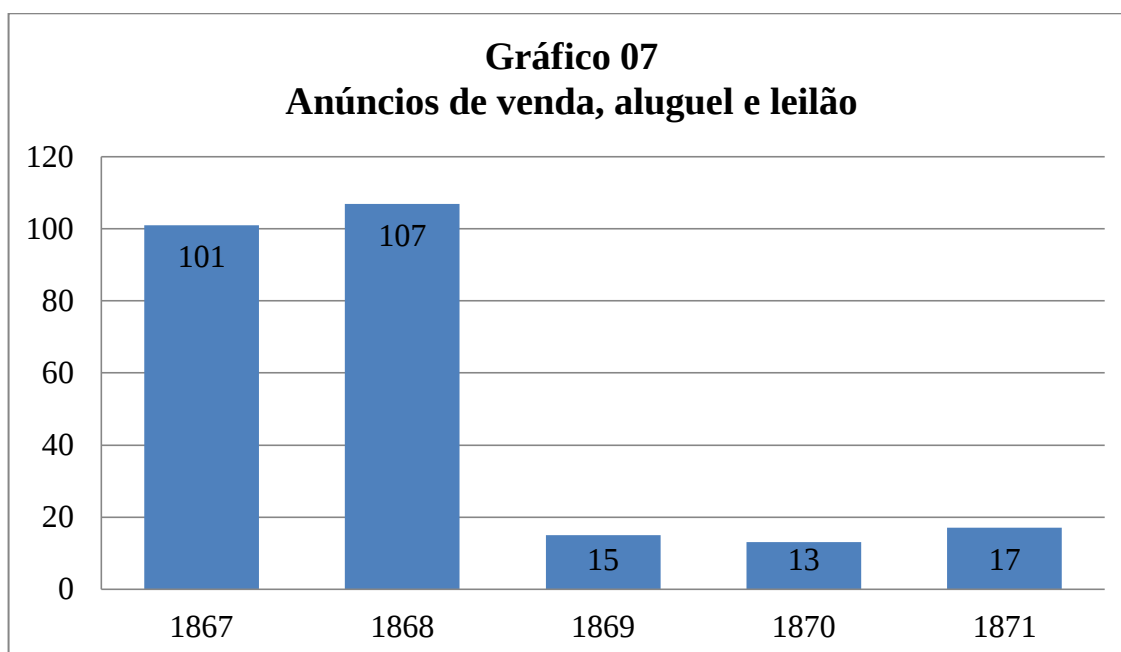
No ano de 1869 foram catalogados 15 anúncios. Destaque para os anúncios de escravos domésticos (5), em sua maioria para alugar (5). A partir deste ano não foi mais

encontrado anúncios de leilões de escravos, além disso, o jornal Publicador Maranhense apareceu como o principal anunciante (2). Entre os anunciados com até 3 anúncios de oferta estavam: para roça, cozinheira, ama de leite e os sem ofícios.

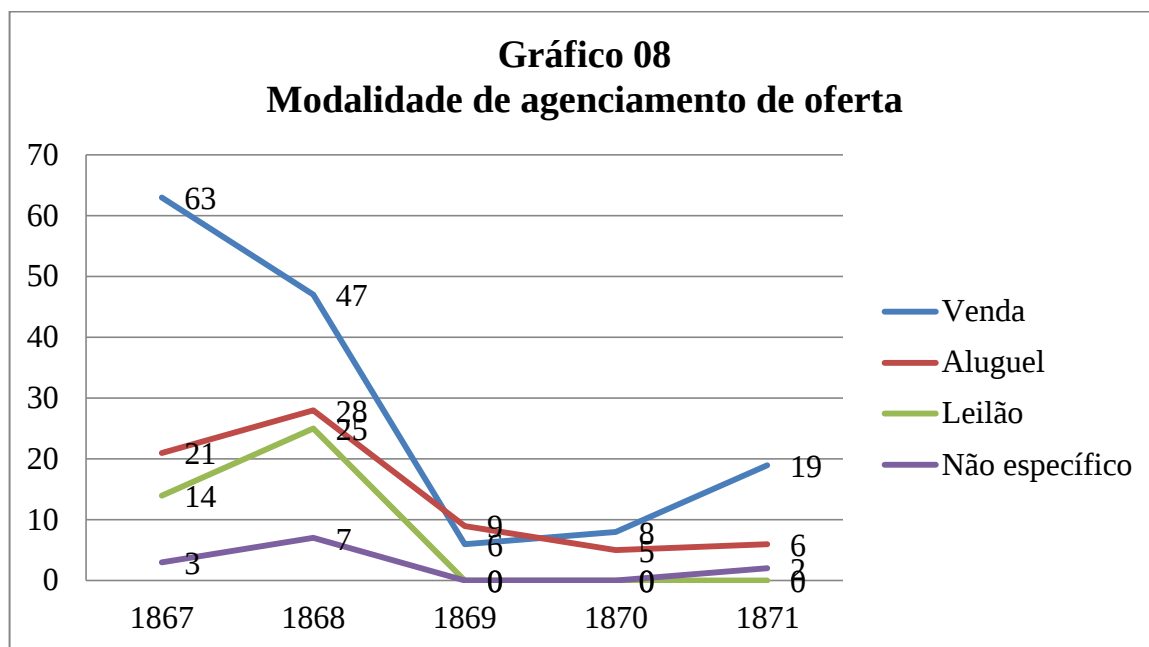
No ano de 1870 foram catalogados 13 anúncios. Destaque para os escravos os sem ofícios (7) e seguido os domésticos (3). A modalidade da venda se concentrou nos sem ofícios (5). Outros ofícios ofertados foram: ferreiro, ama de leite e para roça. O principal anunciante deste ano foi o jornal Publicador Maranhense (2).

No ano de 1871 foram catalogados 27 anúncios. Destaque para os escravos domésticos (10) e os sem ofícios (8), sendo empatados em 8 anúncios para cada um. Outros ofícios oferecidos foram: *gomadeira*, ama de leite, cozinheira, sapateiro, encanador, para carro, carpina e pedreiro. O principal agenciador foi o jornal Publicador Maranhense (3).

O gráfico a seguir demonstra o padrão da oferta muito parecido com o gráfico do padrão da demanda. Existe uma discrepância muito grande na quantidade de anúncios entre o ano de 1868 e 1869. Entre esses anos a discrepância da quantidade de anúncios pode ser explicada pela falta da metade dos dados do último ano, contudo, os levantamentos de 1870 e 1871 que tem disponível na íntegra os documentos, ainda sim a quantidade de anúncios continuam baixa. Esses elementos sugerem que o mercado interprovincial afetou o mercado interno, numa sugestão que seria muito mais interessante aos negociantes vender no mercado externo do que na província do Maranhão.



O gráfico abaixo demonstra que o mercado interno de escravizados no ano de 1867 estava mais interessado em vender. Neste ano se tinha uma oferta desproporcionalmente grande em comparação às outras modalidades de negócios, contudo, essa tendência começa a mudar no ano seguinte. Em 1867 as ofertas de aluguel aumentaram enquanto os anúncios de venda diminuíram, mas ainda não de modo a inverter as quantidades.



No levantamento do ano de 1869, mesmo com os dados deficientes, aparece a inversão sobre a quantidade de vendas e alugueis. Ainda que os dados desse ano não mostrem a realidade, por conta da falta de seis meses, eles indicam e confirmam a tendência de diminuição da quantidade de venda e alugueis da escravaria. A tendência foi confirmada nos anos seguintes. É possível que a diminuição das vendas no mercado interno se dê em motivo da transferência dessa mão de obra para outras províncias, portanto, deixando de ficar disponível no mercado local.

Se for colocado em comparação o primeiro e o último ano de catalogação, há uma diminuição elevada da venda e aluguel de escravos, e a extinção dos leilões. Os dados dos anos 1867, 1868 e 1869 demonstram uma queda brusca na quantidade de vendas, contudo, os anos de 1870 e 1871 elevaram um pouco mais a quantidade, demonstrando um possível aquecimento do mercado interno. Os dados indicam que as retomadas das discussões sobre a liberdade dos escravizados, com a chegada do fim da guerra do Paraguai, e o aquecimento econômico no centro-sul interferiram no mercado. Os senhores prevendo prejuízos queiram

logo livrar-se da posse de escravos, e consequentemente houve aumento dos anúncios de venda e de procura por aluguel.

Os anúncios de venda se concentraram nos escravizados sem ofícios, seguidos pelos domésticos. Os dados sobre a oferta são correspondentes com a demanda, portanto, se justificam. Os agenciadores de venda neste mercado são: nos dois primeiros anos, os dois donos de leilões, respectivamente Bruce e Costas Bastos. Contudo, ao que tudo indica, a partir de 1869 por algum motivo não era mais possível oferecer escravizados em leilões e esses dois negociantes saem de cena. Dos anos 1869 a 1871 não houve protagonismo de negociantes, mas o predomínio do próprio jornal Publicador Maranhense como agenciador do comércio de escravizados nos anúncios.

CONSIDERAÇÕES

A cidade de São Luís foi uma capital importante no contexto imperial brasileiro no século XIX, tem sua formação intimamente ligada ao mundo atlântico. Ela foi uma das capitais muito afetadas com as questões envolvendo a escravidão. O que acontecia economicamente na província do Maranhão impactava diretamente ela, pois era a sede do governo provincial e o principal núcleo econômico e administrativo. O mundo do trabalho no contexto urbano ludovicense demonstra que os arranjos econômicos e políticos influenciavam o dia a dia da principal mão de obra da cidade que eram os escravizados.

A cidade comportava escravizados em duas frentes: as de passagem, pelo porto em direções de entrada e saída; e os trabalhadores urbanos que movimentavam as ruas do centro administrativo e comercial da província. Leis foram necessárias para limitar, regular e controlar os limites desses trabalhadores e juntos a elas os dispositivos repressivos, como a polícia, atuaram no reforço dos limites físicos e mentais da escravidão urbana.

Contudo, apesar de todos os mecanismos de controle, a vida urbana em São Luís possibilitou ao escravizado uma condição melhor que no campo para viver liberdades, ainda que sendo escravizados. O *viver sobre si* foi uma estratégia para a conquista de liberdades diárias, uma forma de conviver com sua condição de escravizado até que se pudesse, quiçá, muda-la. As brechas eram encontradas desde as especificidades do seu trabalho, até a uma boa relação com o senhor. A sapiência em usar as brechas que o próprio sistema escravista tinha, foram chaves para melhor execução desse plano de liberdade.

O recorte temporário utilizado para a construção desse trabalho, 1867-1871, é correspondente a um declínio na quantidade de escravos na capital e na província do Maranhão como um todo. O Maranhão viveu o esvaziamento de escravizados progressivamente depois fim do tráfico internacional (1850), sendo eles transferidos para a alta demanda na produção de café ocorrida no Centro-Sul.

Apesar de não termos os dados seriados sobre a quantidade de escravizados na capital do Maranhão durante esse tempo, o agenciamento de escravos denuncia essa diminuição da quantidade deles. Contudo, além da questão econômica do Centro-Sul, fica claro que o fim da guerra do Paraguai e a lei do ventre livre acelerou esse processo de esvaziamento e rearticulação da oferta e demanda dos trabalhadores escravizados do contexto urbanos. Inclusive havendo propostas políticas sobre uma possível recomposição das vagas de trabalhos que começariam a surgir.

O fim da escravidão estava sendo legalmente prometida desde 1850 com o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil. A guerra do Paraguai foi uma esperança que a liberdade do escravizado aconteceria, principalmente quando em 1867 os escravizados começaram efetivamente a entrar na guerra, recebidos com a promessa que se lutassem em favor no Brasil seriam libertados. A guerra acabou e a escravidão continuava no país, ela na verdade adiou as discussões sobre o fim da escravidão, sendo retomado somente após seu termino, em 1870, um ano depois deu resultado na lei do vinte livre.

A Lei do Ventre livre foi um marco para a institucionalização da alforria, bem como para dar um prazo definitivo para a escravidão no Brasil. Na segunda metade do século XIX as ideias abolicionistas já estavam generalizadas na sociedade, contudo, para uma parte da elite intelectual, financeira e política, a abolição era somente um passo para um caminho civilizatório, enquanto que para os escravizados, era a possibilidade compor sua trajetória de vida sem ser propriedade de ninguém.

O jornal Publicador Maranhense consegue demonstrar a importância e a intensidade da vida dos escravizados compondo o dia a dia da cidade de São Luís, e os impactos que macro política e economia tinham na vida dessas pessoas. Ainda que o jornal obedecesse à elite política e econômica, fazendo-a ter uma vista por cima sobre uma população por eles subalternizada, é possível a utilização desses tipos de fontes e analisar os dados a contrapelo e argumentar sugestões e indicativos para as questões que surgem sobre a escravidão urbana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. **Dimensões**, v.33. p.360-383, 2014.

BAKTHIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem**. São Paulo: Hucitec/Anablume, 2002. p. 123. In PEREIRA, Josenildo. As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão da década de 1880. Tese de Doutorado. USP-SÃO PAULO. 2006.

CAMARGO, Alexandre. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. **Revista História Unisinos**, v. 22, n. 3. 2018. Set.-Out. pp. 214-428.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão – ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. 1º edi. São Paulo – SP. Companhia das letras. 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Lenira Lima da. **A lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1878**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado História, UFPE, Recife, 2007.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012.

FONER, Eric. O significado da liberdade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 9-36, mar. 1988.

GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1921.

MARANHÃO. Resumo do recenseamento da comarca da capital, 1874. In: ARAÚJO, Johny. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. **Dimensões**, v.33. p.360-383, 2014. p. 369.

MEIRELES, Mário M.. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. A fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. Dissertação de Mestrado – PUC. São Paulo. 2001.

PEREIRA, Josenildo. As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão da década de 1880. Tese de Doutorado. USP-SÃO PAULO. 2006.

PEREIRA, Josenildo. São Luís: um urbes transcolonial. In, São Luís 400 anos: contradição de uma cidade histórica. Organizado por FILHO, Alan Kardec Gomes Pacheco; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus. São Luís: Café & Lápis. Ed. UEMA. 2014.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.

ROSÁRIO, Thiago. Banzo, melancolia e suicídio: reflexões sobre a violência do tráfico negreiro e escravidão no Brasil. TCC Graduação - UFMA. São Luís. 2019.

SHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999, p.213.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. in: COSTA, Lenira Lima da. A lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1878. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado História, UFPE, Recife, 2007.

SOARES, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio. Sedições, Haitianismo e Conexões no Brasil Escravista outras margens do Atlântico negro. **Revista Novos Estudos**, ed. 63, vl. 2, 2002.

THOMPSON, Eduard P. **Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p 15.

THOMPSON, Edward P. **Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 1: A árvore da liberdade.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão 1612 – 1895**. São Luís: Associação Comercial, 1954.

WERNECK, Sodrê. **História da Imprensa do Brasil**. Porto Alegre: Edipucs, 2011.

FONTES

Albernaz I, João Teixeira, Ilha de São Luís. In: **Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará**. 1629.

Arquivo Público do Maranhão, ofício de 13/09/1865, fundo: Presidência da Província, série: Delegacias/Chefes de Polícia, 1865. In: SOARES, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio. Sedições, Haitianismo e Conexões no Brasil Escravista outras margens do Atlântico negro. **Revista Novos Estudos**, ed. 63, vl. 2, 2002.

AVE-LALLEMENT, Robert. Viagem ao Brasil no ano de 1859. Rio de Janeiro: MEC/INL. 2 vols. 1961. Op. cit., p. 369-370. ARAÚJO, Johny. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. **Dimensões**, v.33. p.360-383, 2014.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. 1824.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872**. 1872.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**.(1913) 2010.

MARANHÃO. **Código de Postura da Capital da Província do Maranhão**. Lei nº 775, de 4 de julho de 1866.

MARANHÃO. Resumo do recenseamento da comarca da capital, 1874. In: ARAÚJO, Johny. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a

divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. **Dimensões**, v.33. p.360-383, 2014. p. 369.

Marques, Cesar Augusto. **Diccionario historico-geographico da provincia do Maranhão**. São Luís: Typ. Do Frias, 1870.

MARQUES, César Augusto. Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão. São Luís. 1970.

Publicador Maranhense, 02 de janeiro de 1867.

Publicador Maranhense, 28 de janeiro de 1867.

Publicador Maranhense, 09 de março de 1867.

Publicador Maranhense, 09 de março de 1867.

Publicador Maranhense, 07 de abril de 1867.

Publicador Maranhense, 18 de maio de 1867.

Publicador Maranhense, 20 de maio de 1867.

Publicador Maranhense, 05 de julho de 1867.

Publicador Maranhense, 06 de jul. de 1867.

Publicador Maranhense, 11 de jul. de 1867.

Publicador Maranhense, 24 de julho de 1867.

Publicador Maranhense, 27 de julho de 1867.

Publicador Maranhense, 03 de agosto de 1867.

Publicador Maranhense, 19 de agosto de 1867.

Publicador Maranhense, 25 de ago. de 1867.

Publicador Maranhense, 26 agosto de 1867.

Publicador Maranhense, 04 de novembro de 1867.

Publicador Maranhense, 07 de novembro de 1867.

Publicador Maranhense, 18 de novembro de 1867.

Publicador Maranhense, 23 de novembro de 1867.

Publicador Maranhense, 26 de novembro 1867.

Publicador Maranhense, 04 de dez. de 1867.

Publicador Maranhense, 05 de dezembro de 1867.

Publicador Maranhense, 13 de dezembro de 1867.

Publicador Maranhense, 23 de dezembro de 1867.

Publicador Maranhense, 20 de janeiro, de 1868.

Publicador Maranhense, 15 de fevereiro de 1868.

Publicador Maranhense, 19 de fevereiro de 1868.

Publicador Maranhense, 26 de fevereiro de 1868.

Publicador Maranhense, 05 de jun. de 1868.

Publicador Maranhense, 12 de junho de 1868.

REGO JUNIOR, João C. de M. **Almanaque do Maranhão**. São Luís: 1860. MARANHÃO.